



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

SETEMBRO-2022

Copel Distribuição S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06 | Inscrição Estadual 90.233.073-99

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" – CVM 2680-8

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba – PR CEP 81200-240

SUMÁRIO

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	3
1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	3
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	12
Balanço Patrimonial	12
Balanço Patrimonial	13
Demonstrações de Resultados	14
Demonstrações de Resultados Abrangentes	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstrações do Valor Adicionado	18
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
1. Contexto Operacional	19
2. Base de Preparação	19
3. Principais Políticas Contábeis	20
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	21
5. Títulos e Valores Mobiliários	21
6. Clientes	22
7. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos	23
8. Ativos de Concessão	26
9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão	26
10. Outros Créditos	26
11. Tributos	27
12. Depósitos Judiciais	33
13. Intangível	33
14. Obrigações Sociais e Trabalhistas	34
15. Fornecedores	34
16. Empréstimos e Financiamentos	35
17. Debêntures	37
18. Benefícios Pós-Emprego	39
19. Encargos do Consumidor a Recolher	40
20. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	40
21. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos	41
22. Outras Contas a Pagar	43
23. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	43
24. Patrimônio Líquido	46
25. Receita Operacional Líquida	48
26. Custos e Despesas Operacionais	50
27. Resultado Financeiro	53
28. Instrumentos Financeiros	54
29. Transações com Partes Relacionadas	62
30. Compromissos	64
31. Seguros	64
32. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	64
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	66
PARECER DO CONSELHO FISCAL	67
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE	68
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	70

1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

É uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país e da América Latina. Em 2022, a Copel Distribuição foi considerada a melhor distribuidora do Sul do Brasil pelo Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, sendo a primeira em Qualidade de Gestão.

A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kv, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

	set/22	2021
Área de concessão Km	194.854	194.854
Nº de Municípios ¹	395	395
População atendida - urbana ²	9.861	9.861
População atendida - rural ²	1.372	1.372

¹PR: 394 municípios do Paraná; SC: 1 (Porto União). Os municípios de Guarapuava e Coronel Vívica são atendidos parcialmente

²Em milhares

Participação de mercado fio	2022 ¹	2021
Brasil ²	6,4%	6,2%
Sul ²	34,5%	33,4%
Paraná ³	97,1%	97,0%

¹12 meses findos em setembro/2022

²Fonte: Resenha mensal do Mercado de Energia Elétrica - Empresa de Pesquisa Energética

³Dado estimado

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Linhas de distribuição

2.1.1 Programa Transformação

O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação. Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de O&M e comerciais e aprimoramento no controle dos indicadores de DEC e FEC.

O programa é composto por projetos para manutenção e expansão do sistema elétrico na área de concessão da Copel Distribuição, abrangendo a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.



Representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais. O montante de km de rede é de 9.754 km até setembro/2022.



Implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição. Até o final de setembro/2022 já estavam instalados 416.000 medidores inteligentes.



Visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas: manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede, implementar automação nos equipamentos especiais, manter a totalidade de município da concessão com subestação ou chave especial e ampliar os circuitos de rede e equipamento Self Healing. Até o final de setembro/2022 o projeto concluiu 66,91% do cronograma previsto.

2.1.2 Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos. As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de setembro/2022, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 21.385 km (17.044 km em setembro/2021), acréscimo de 4.341 km, 25,47%, em doze meses.

2.1.3 Rede Secundária Isolada

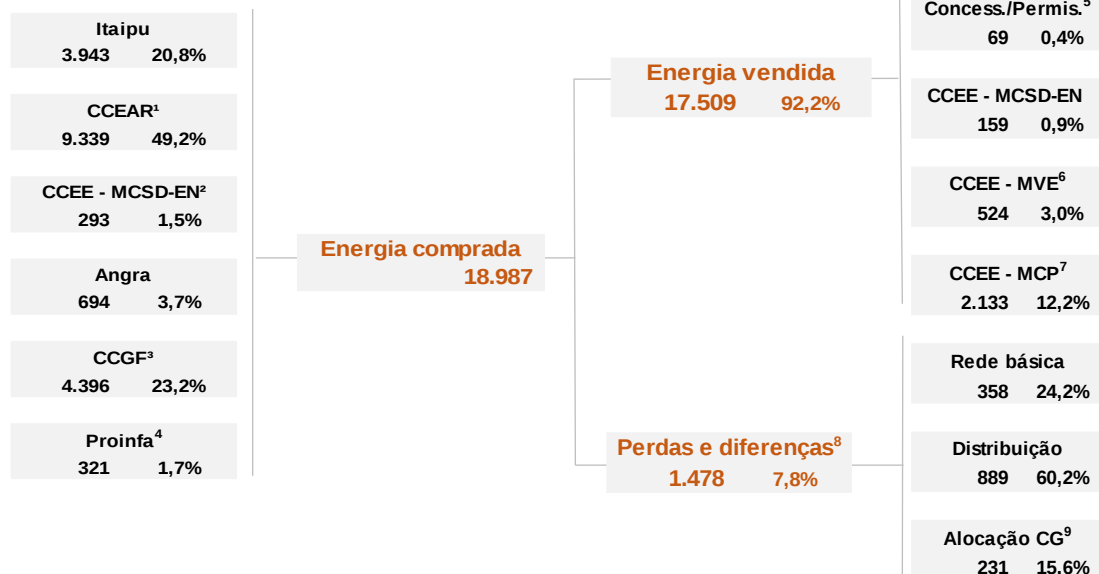
A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de setembro/2022, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 21.658 km (20.663 km em setembro/2021), um acréscimo de 995 km, 4,81%, em doze meses.

2.2 Mercado de energia

A aquisição de energia aumentou 0,6% no comparativo anual, passando de 18.875 GWh para 18.987 GWh. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo, considerando um aumento de 1,4% no consumo de energia entre os períodos.

A seguir, são apresentados os fluxos de energia da Copel Distribuição até setembro/2022:

Fluxo de energia Jan-set/22



¹CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

²Cessão MCSD EN - Cessão contratual a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova

³CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013)

⁴Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

⁵Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano

⁶MVE - Venda de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes

⁷CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

⁸Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMGD

⁹Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

2.2.1 Venda de energia

Na tabela a seguir é apresentada a venda de energia no período e número de consumidores/contratos:

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	set/22	set/21	Δ%	jan-set/22	jan-set/21	Δ%
Mercado Cativo	928.817	938.447	(1,0)	14.624	14.420	1,4
Residencial	4.108.640	4.016.423	2,3	6.157	6.021	2,3
Industrial	69.149	70.823	(2,4)	1.595	1.720	(7,2)
Comercial	427.641	419.800	1,9	3.246	3.055	6,2
Rural	334.433	343.663	(2,7)	1.821	1.865	(2,4)
Outras	53.473	52.282	2,3	1.805	1.759	2,6
Concessionárias e Permissionárias	2	2	-	69	64	7,9
CCEE(Cessão MCSD EM)	288	396	(27,3)	159	672	(76,3)
CCEE - MVE	22	11	100,0	524	363	44,3
CCEE - MCP	-	-	-	2.133	1.256	69,8
Total venda de energia	4.993.648	4.903.400	1,8	17.509	16.775	4,3
Micro e Mini geração distribuída - MMGD				(811)	(451)	79,8
Mercado Total				16.698	16.324	2,3

2.2.2 Mercado Fio (TUSD)

O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, apresentou crescimento de 3,4% no consumo de energia elétrica, nos primeiros nove meses de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, sem considerar os efeitos de MMGD.

A tabela abaixo apresenta o consumo de energia - mercado fio, segregando entre consumidores cativos e livres:

	N de consumidores / contratos			Energia vendida (MWh)		
	set/22	set/21	Δ%	jan-set/22	jan-set/21	Δ%
Residencial	4.108.640	4.016.423	2,3	6.157.289	6.021.497	2,3
Industrial	70.220	71.811	(2,2)	9.201.491	8.956.879	2,7
Cativo	69.149	70.823	(2,4)	1.594.913	1.719.546	(7,2)
Livre	1.071	988	8,4	7.606.578	7.237.333	5,1
Comercial	429.040	421.007	1,9	4.737.273	4.340.196	9,1
Cativo	427.641	419.800	1,9	3.245.637	3.055.394	6,2
Livre	1.399	1.207	15,9	1.491.636	1.284.802	16,1
Rural	334.480	343.699	(2,7)	1.915.566	1.939.270	(1,2)
Cativo	334.433	343.663	(2,7)	1.821.043	1.865.017	(2,4)
Livre	47	36	30,6	94.523	74.253	27,3
Outros	53.485	52.292	2,3	1.810.253	1.762.581	2,7
Cativo	53.473	52.282	2,3	1.805.259	1.758.692	2,6
Livre	12	10	20,0	4.994	3.889	28,4
Suprimento	7	7	-	700.100	699.170	0,1
Cativo	2	2	-	68.591	63.553	7,9
Livre	5	5	-	631.509	635.617	(0,6)
MERCADO TOTAL	4.995.872	4.905.239	1,8	24.521.970	23.719.593	3,4
MERCADO CATIVO	4.993.338	4.902.993	1,8	14.692.732	14.483.699	1,4
MERCADO LIVRE	2.534	2.246	12,8	9.829.238	9.235.894	6,4

Esse resultado é decorrente do consumo das classes, comparando-se o acumulado de cada ano até setembro/2022 e setembro/2021:



Residencial: com aumento de 2,3% reflexo do aumento do número de consumidores e das elevadas temperaturas observadas nos primeiros meses do ano;



Industrial: apresentou crescimento de 2,7% em função do crescimento do consumo de: setores de Metalurgia; Fabricação de Produtos Alimentícios; e Fabricação Veículos Automotores;



Comercial: houve aumento de 9,1%, puxado, em grande parte, pelo segmento Atacadista, que cresceu 7,8% e representou cerca de 1/5 do consumo da classe. Adicionalmente, também se observou crescimento dos ramos que mais sofreram com as restrições de circulação durante a pandemia da Covid-19, dentre eles: Alojamento (hotéis e pousadas), Atividades esportivas (clubes sociais), Educação (escolas e universidades), Organizações Associativas (igrejas e sindicatos), alimentação (restaurantes e lanchonetes);



Rural: com redução de 1,2% impactado pelo decréscimo no número de consumidores cativos em 2,7%;



Outras classes: aumento de 2,7% devido, principalmente, à classe Poder Público pelo retorno das atividades presenciais a partir da flexibilização das medidas restritivas, em especial, no ensino público;

2.3 Reajuste tarifário

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na RTP de junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

Dos componentes que mais impactaram a tarifa neste processo, destacam-se os encargos setoriais e os custos relacionados à distribuição de energia. O impacto dos encargos setoriais foi mitigado pela destinação de R\$ 318 milhões da privatização da Eletrobrás para redução do encargo da CDE na cobertura tarifária. Além disso, também merece destaque o componente financeiro negativo referente à devolução dos créditos de Pis/COFINS (NE 11.5), atenuando o reajuste em R\$ 1,593 bi, em benefício ao consumidor.

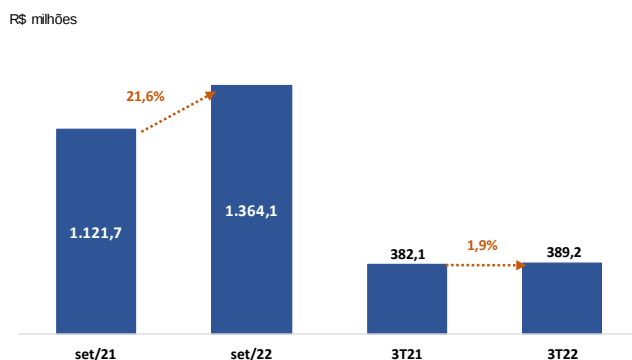
2.4 Tarifas

Tarifa média de fornecimento (a) - R\$/MWh	set/22	set/21	Δ%
Industrial	538,84	540,30	(0,3)
Residencial	562,97	531,04	6,0
Comercial	671,08	631,15	6,3
Rural	664,56	570,38	16,5
Outros	407,75	394,77	3,3
Tarifa média de fornecimento e disponibilidade - R\$/MWh	627,28	588,55	6,6
Tarifa média de demanda - R\$/KW	29,78	29,75	0,1

(a) Não considera bandeiras tarifárias, sem Pis/Cofins, líquido de ICMS.

2.5 Investimentos

Os investimentos, líquidos da Participação Financeira do Consumidor, até setembro/2022, alcançaram R\$ 1,364 mi, 21,6% superior a setembro/2021, destinado à expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição. O programa de investimentos para 2022 prevê o montante de R\$ 1.634,5 milhões, dos quais 83,5% foram aplicados.



2.6 Gestão

O Programa Transformação, apresentado no item 2.1.1, abrange ainda a cultura da Copel Distribuição. A iniciativa que visa promover a Transformação Cultural com foco no aspecto humano, através da humanização da Liderança, baseado em metodologia fundamentada nos pilares: Acreditar, Praticar, Melhorar e Compartilhar.

O Programa *Transformação Cultural DIS* está em andamento e visa promover o atendimento e pleno desenvolvimento dos objetivos estratégicos, dentro da concepção da Excelência em Gestão da Companhia.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Resultado Líquido

A Copel Distribuição obteve Lucro Líquido de R\$ 225,7 mi no 3º trimestre/2022, R\$ 238,7 mi no mesmo período de 2021, redução de 5,4%, e até setembro/2022 o resultado alcançado foi prejuízo de R\$ 554,0 mi (lucro líquido de R\$ 643,8 mi em até setembro/2021).

No acumulado do ano, o impacto principal se deve pela revisão do risco do passivo contingente da ação do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins, no montante total de R\$ 1.836,0 mi, sendo R\$ 810,6 mi no resultado operacional e R\$ 1.025,4 mi no resultado financeiro relativos à variação monetária (NE nº 11.5.2). Destacam-se ainda: (a) a elevação da Receita antes dos custos gerenciáveis em 7,1%, tendo em vista o reajuste das tarifas e da recuperação gradual do mercado; (b) redução nos custos de Pessoal pela melhoria da eficiência, reversão das provisões para PLR e Prêmio de Desempenho; e (c) da elevação dos encargos da dívida.

O Ebitda Societário no 3T22 atingiu R\$ 496,5 mi, 9,4% superior ao 3T21 (R\$ 453,8), enquanto que, o Ebitda acumulado, desconsiderando-se os efeitos da ação do Pis/Cofins, foi de de R\$ 1.307,4 mi até setembro/2022, 11,5% superior ao Ebitda de setembro/2021 de R\$ 1.172,9 mi, como demonstrado:

	3T22	3T21	ΔR\$	Δ%	set/22	set/21	ΔR\$	Δ%
Lucro (Prejuízo) líquido do período	225.694	238.695	(13.001)	-5,4%	(554.041)	643.770	(1.197.811)	-186,1%
IRPJ e CSLL diferidos	29.011	(7.267)	36.278	-499,2%	(563.353)	98.904	(662.257)	-669,6%
Provisão para IRPJ e CSLL	38.356	100.694	(62.338)	-61,9%	172.385	211.681	(39.296)	-18,6%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	88.344	17.672	70.672	399,9%	1.107.205	(85.520)	1.192.725	-1394,7%
Lajir/Ebit	381.405	349.794	31.612	9,0%	162.195	868.835	(706.640)	-81,3%
Depreciação e Amortização	115.108	104.025	11.083	10,7%	334.669	304.034	30.635	10,1%
Lajida/Ebitda	496.513	453.818	42.694	9,4%	496.864	1.172.868	(676.004)	-57,6%
(+) Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
Lajida/Ebitda ajustado	496.513	453.818	42.694	9,4%	1.307.427	1.172.868	134.559	11,5%
Receita Operacional Líquida - ROL	3.567.903	4.375.782			10.315.857	10.786.834		
Margem Ebitda ajustado / ROL	13,9%	10,4%			12,7%	10,9%		

A Companhia divulga seu Ebitda ou Lajida como forma de medir seu desempenho, embora esse indicador não seja uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade.

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.2 Resultado trimestral e anual

	3T22	3T21	ΔR\$	Δ%	set/22	set/21	ΔR\$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	3.567.903	4.375.782	(807.879)	(18,5)	10.315.857	10.786.834	(470.976)	(4,4)
(-) Receita de Construção	530.166	426.694	103.472	24,2	1.493.455	1.188.952	304.503	25,6
(=) Receita Operacional Líquida ajustada	3.037.737	3.949.088	(911.351)	(23,1)	8.822.403	9.597.882	(775.479)	(8,1)
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	2.112.314	3.063.214	(950.900)	(31,0)	6.167.490	7.119.507	(952.017)	(13,4)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.566.281	2.621.284	(1.055.003)	(40,2)	4.433.361	5.588.253	(1.154.892)	(20,7)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	546.033	441.930	104.103	23,6	1.734.129	1.531.254	202.875	13,2
(=) Receita antes dos custos gerenciáveis	925.423	885.874	39.549	4,5	2.654.913	2.478.375	176.538	7,1
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	544.018	536.080	7.937	1,5	2.492.718	1.609.540	883.178	54,9
PMSO	428.910	432.055	(3.145)	(0,7)	1.347.486	1.305.506	41.980	3,2
Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
Amortização	115.108	104.025	11.083	10,7	334.669	304.034	30.635	10,1
(=) Resultado das Atividades	381.405	349.794	31.611	9,0	162.195	868.835	(706.640)	(81,3)
(+/-) Resultado Financeiro total	(88.344)	(17.672)	(70.672)	399,9	(1.107.205)	85.520	(1.192.725)	(1.394,7)
Resultado Financeiro	(74.307)	(17.672)	(56.635)	320,5	(81.797)	85.520	(167.318)	(195,6)
(-) Atualização Provisão para destinação de crédito PIS/Cofins	14.037	-	14.037	-	1.025.407	-	1.025.407	-
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	293.061	332.122	(39.061)	(11,8)	(945.010)	954.355	(1.899.365)	(199,0)
(-) Tributos	(67.367)	(93.428)	26.061	(27,9)	390.968	(310.585)	701.553	(225,9)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	225.694	238.694	(13.000)	(5,4)	(554.041)	643.770	(1.197.811)	(186,1)

*Visão gerencial da Demonstração de Resultados

3.3 Receitas

	3T22	3T21	ΔR\$	Δ%	set/22	set/21	ΔR\$	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.218.286	7.054.205	(1.835.919)	(26,0)	17.547.806	17.487.079	60.728	0,3
Fornecimento de Energia Elétrica	1.440.714	2.624.915	(1.184.202)	(45,1)	6.511.354	6.451.850	59.505	0,9
Disponibilidade da rede elétrica	2.301.508	2.356.112	(54.604)	(2,3)	7.088.343	6.617.658	470.685	7,1
Doações e subvenções	175.559	159.901	15.658	9,8	561.015	502.692	58.323	11,6
Suprimento	90.649	402.738	(312.089)	(77,5)	213.978	590.167	(376.189)	(63,7)
Receita de construção	530.166	426.694	103.473	24,2	1.493.455	1.188.952	304.503	25,6
Valor justo Ativo indenizável da concessão	(13.918)	27.271	(41.188)	(151,0)	45.045	68.830	(23.785)	(34,6)
Ativos e passivos financeiros setoriais	584.626	975.346	(390.720)	(40,1)	1.332.293	1.845.085	(512.792)	(27,8)
Outras receitas operacionais	108.982	81.229	27.753	34,2	302.322	221.844	80.478	36,3
(-) DEDUÇÕES	(1.650.383)	(2.678.424)	1.028.040	(38,4)	(7.231.949)	(6.700.245)	(531.704)	7,9
Tributos	(954.961)	(1.679.765)	724.803	(43,1)	(4.403.272)	(4.490.054)	86.781	(1,9)
Encargos	(695.422)	(998.659)	303.237	(30,4)	(2.828.677)	(2.210.191)	(618.485)	28,0
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.567.903	4.375.782	(807.879)	(18,5)	10.315.857	10.786.834	(470.976)	(4,4)

A Companhia apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL (NE 25) com decréscimo de 4,4%, R\$ 471,0 negativos mi até setembro/2022 em relação ao setembro/2021, destacando-se:

- **Fornecimento:** redução de R\$ 1.184,2 mi, 45,1%, impactado, principalmente: pelas Bandeiras tarifárias; redução do ICMS, conforme Lei Complementar 194/2022; pelo Reajuste Tarifário Periódico - RTP 2022, que reduziu a tarifa de energia em -9,58%, com efeito no 3º trimestre/2022; compensado pelo crescimento do mercado cativo em 1,4% em 2022;
- **Suprimento:** decréscimo de R\$ 376,2 mi, 63,7%, devido, sobretudo, à redução na receita da venda de energia no Mercado de Curto Prazo (CCEE) em R\$ 278,2 mi, 62,7%;
- **Disponibilidade da Rede Elétrica:** aumento de R\$ 470,7 mi, 7,1% devido, principalmente, pelo RTP 2022, que reajustou a tarifa de uso em 16,55% e pela retomada do crescimento no mercado fio, que apresentou incremento em 3,4% até setembro/2022 em relação ao mesmo período de 2021;
- **Receita de Construção:** o acréscimo de R\$ 304,5 mi, 25,6% representa o aumento no volume de obras, devido ao Programa Transformação;
- **Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão (NE 9):** apresentou variação negativa de R\$ 23,8 mi, 34,6%, tendo em vista a atualização financeira pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que vem apresentando redução em relação período anterior;
- **Ativos e passivos financeiros setoriais (NE 7.4):** apresentaram redução de R\$ 512,8 mi, 27,8%, reflexo dos menores custos de energia, tendo em vista a melhora do cenário hídrico em 2022.
- **Outras Receitas:** a variação positiva de R\$ 80,5 mi, 36,3% se deve, principalmente, pelo aumento nos arrendamentos e aluguéis de equipamentos e estruturas em R\$ 71,9 mi, 37,1%.

3.4 Custos e despesas operacionais

	3T22	3T21	ΔR\$	Δ%	set/22	set/21	ΔR\$	Δ%
Total dos Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)	2.112.314	3.063.214	(950.900)	(31,0)	6.167.490	7.119.507	(952.017)	(13,4)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.566.281	2.621.284	(1.055.003)	(40,2)	4.433.361	5.588.253	(1.154.892)	(20,7)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	546.033	441.930	104.103	23,6	1.734.129	1.531.254	202.875	13,2
Total dos Custos Gerenciáveis (Parcela B)	1.074.184	962.774	111.410	11,6	3.986.172	2.798.492	1.187.681	42,4
PMSO	428.910	432.055	(3.145)	(0,7)	1.347.486	1.305.506	41.980	3,2
PMSO (-) provisões	382.351	366.557	15.794	4,3	1.135.780	1.133.925	1.855	0,2
Pessoal	186.662	233.180	(46.518)	(19,9)	572.657	680.667	(108.010)	(15,9)
Material	15.472	13.819	1.653	12,0	50.059	38.463	11.596	30,1
Serviços de Terceiros	123.901	114.745	9.156	8,0	362.281	337.693	24.588	7,3
Outros Custos e Despesas Operacionais	56.317	4.813	51.503	1.070,0	150.784	77.102	73.682	95,6
Provisões e Perdas estimadas	46.559	65.498	(18.939)	(28,9)	211.705	171.581	40.125	23,4
Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
Amortização	115.108	104.025	11.083	10,7	334.669	304.034	30.635	10,1
Custos de Construção	530.166	426.694	103.472	24,2	1.493.455	1.188.952	304.503	25,6
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS*	3.186.498	4.025.988	(839.490)	(20,9)	10.153.662	9.917.999	235.663	2,4

3.4.1 Custos da Parcela A

- **Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1):** Houve redução nos custos de energia comprada para revenda em R\$ 1.154,9 mi, 20,7%, no comparativo anual, principalmente: a) pela redução na energia no curto prazo na CCEE em R\$ 1.157,6 mi, 82,2%; b) redução dos custos de energia contratada de Itaipu em R\$ 237,2 mi, 17,8%, impactada pelo menor montante contratado e sensível queda no preço médio do MWh; c) compensado pelo aumento no montante de energia proveniente do sistema de geração distribuída em R\$ 255,8 mi, 115,1%; e d) aumento de R\$ 115,8 mi, 58,5% quanto ao Proinfa.
- **Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2):** Aumento de R\$ 202,9 mi, 13,2% no período reflete, principalmente: a) a elevação dos Encargos de Energia de Reserva – EER em R\$ 142,5 mi, 249,6% e

Encargo da Rede Básica em R\$ 138,3 mi, 12,3%.

3.4.2 Custos da Parcela B

Os custos da Parcela B sofreram aumento de R\$ 1.187,7 mi, 42,4%. Desconsiderando-se a provisão para destinação dos créditos de Pis/Cofins de R\$ 810,1 mi, o aumento foi de R\$ 42,0 mi, 3,2%, destacando-se, principalmente:

- **Pessoal** (NE 26.3): apresentaram redução de R\$ 108,0 mi, 15,9%, principalmente, devido ao decréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros, e da reversão de valores do programa de desligamentos voluntários, e pela melhora na eficiência;
- **Material**: alcançaram aumento de R\$ 11,6 mi, 30,1%, tendo em vista, principalmente, as variações nos preços de combustíveis para a frota da Companhia e aumento dos custos de materiais do sistema elétrico;
- **Serviços de Terceiros** (NE 26.4): tiveram aumento de R\$ 24,6 mi, 7,3%, principalmente devido à elevação dos custos com manutenção do sistema elétrico, atendimento ao consumidor e call center;
- **Provisões e Perdas Estimadas** (NE 26.5): resultaram em aumento de R\$ 40,1 mi, 23,4%, devido ao aumento da PECLD em R\$ 8,3 mi, 8,7%; e ao aumento de provisão para litígios em R\$ 31,9 mi, 41,9%, principalmente em processos trabalhistas.
- **Outros Custos e Despesas Operacionais** (NE 26.7): tiveram aumento de R\$ 73,7 mi, 95,6%, principalmente: a) pelo aumento em Tributos de R\$ 36,5 mi, 262,1%, decorrente da adesão ao Programa de Parcelamento Tributário – REFIS/PR no montante de R\$ 33,3 mi, valor principal; b) aumento de R\$ 31,7 mi nas Perdas na desativação e alienação de bens, devido ao maior volume de investimentos e à redução de R\$ 11,8 mi no ganho na alienação pela venda do prédio da Sede da Copel ocorrido em 2021; e c) aumento nos Arrendamentos e aluguéis em R\$ 7,5 mi.

Nº de empregados	
set/22	4.273
set/21	4.425
Redução	(152)

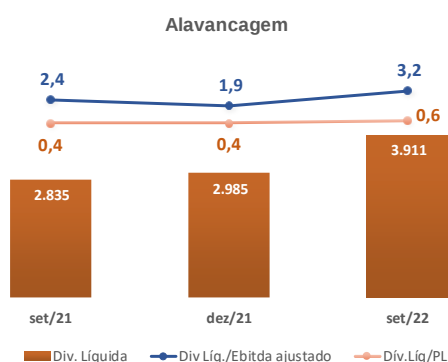
3.5 Resultado Financeiro

	3T22	3T21	ΔR\$	Δ%	set/22	set/21	ΔR\$	Δ%
Resultado Financeiro (-) ação Pis/Cofins	(74.307)	(17.672)	(56.635)	320,5	(81.797)	85.520	(167.318)	(195,6)
Receitas financeiras								
Reconhecimento de crédito tributário	8.988	6.471	2.518	38,9	26.790	15.549	11.241	72,3
Acréscimos moratórios sobre faturas	57.700	70.000	(12.300)	(17,6)	212.792	233.294	(20.502)	(8,8)
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	2.042	199	1.843	927,4	41.374	33.000	8.375	25,4
Renda de aplicações financeiras	49.498	14.585	34.912	239,4	79.518	23.585	55.932	237,1
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	-	10.507	(10.507)	(100,0)	-	10.518	(10.518)	(100,0)
Remuneração de ativos e passivos setoriais	22.225	8.873	13.352	150,5	97.985	18.007	79.978	444,2
Outras receitas financeiras	11.974	8.082	3.892	48,2	17.043	22.819	(5.776)	(25,3)
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(7.090)	(5.021)	(2.069)	41,2	(20.031)	(14.896)	(5.136)	34,5
	145.337	113.696	31.641	27,8	455.471	341.876	113.595	33,2
(-) Despesas financeiras								
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	156.914	96.792	60.121	62,1	390.001	174.709	215.292	123,2
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	11.890	17.989	(6.099)	(33,9)	26.424	44.614	(18.190)	(40,8)
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 21.2)	7.631	3.576	4.055	113,4	23.084	8.906	14.178	159,2
Multa e juros sobre Parcelamento de Tributos (NE nº 11.4.b)	28.133	4.003	24.130	602,8	45.146	8.249	36.897	447,3
Juros sobre Parcelamento de Tributos	3.738	908	2.830	311,6	15.770	2.467	13.303	539,2
Remuneração de ativos e passivos setoriais	2.383	787	1.596	202,9	9.680	1.727	7.953	460,5
Outras despesas financeiras	8.956	7.313	1.643	22,5	27.163	15.684	11.480	73,2
	219.644	131.368	88.276	67,2	537.268	256.356	280.912	109,6
Atualização Provisão destinação crédito de Pis/Cofins	14.037	-	14.037	-	1.025.407	-	1.025.407	-
Resultado Financeiro total	(88.344)	(17.672)	(70.672)	399,9	(1.107.205)	85.520	(1.192.725)	(1.394,7)

O Resultado financeiro (NE 27) apresentou decréscimo de R\$ 1,192 bi, sendo que, desconsiderando-se o efeito da atualização da provisão da destinação de créditos de Pis/Cofins, a redução foi de R\$ 167,3 mi, 195,6%, impactado principalmente: a) pela maior despesa de variação monetária, cambial e encargos da dívida em 2022, tendo em vista a elevação da taxa Selic, em que são indexadas parte das Debêntures (NE 17), compensada pela redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; b) pela elevação da remuneração líquida positiva sobre os Ativos e passivos financeiros setoriais; c) pela maior renda de aplicações financeiras; e d) pelos juros sobre Parcelamento de Tributos relativos ao parcelamento de ICMS (NE 11.4).

3.6 Perfil da dívida

	set/22	dez/21	set/21	$\Delta R\$$ set/22xdez/21	$\Delta\%$ set/22xdez/21
Empréstimos e financiamentos	759.124	179.747	178.906	579.377	322,3%
Debêntures	4.521.853	3.199.601	3.600.962	1.322.252	41,3%
Dívida bruta	5.280.977	3.379.348	3.779.868	1.901.629	56,3%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.369.294	393.317	944.428	975.977	248,1%
(-) Títulos e valores mobiliários	881	822	809	59	7,2%
Dívida líquida	3.910.801	2.985.209	2.834.631	925.592	31,0%
Dívida Líquida / PL	0,6	0,4	0,4		
Índice de alavancagem	3,0	1,9	1,8		



Em setembro/2022 a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 3,9 bi (dívida bruta de R\$ 5,3 bi), crescimento de 31,0% em relação a dezembro/2021. Para realizar investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica, além de reforçar o capital de giro, em 2022 a Companhia realizou a 7ª emissão de Debêntures, de R\$ 1,5 bi (NE 17) e, em julho/2022, foram emitidas Cédula de Crédito Bancário – CCBs no montante de R\$ 750 mi.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Balanço Patrimonial

em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	30.09.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.369.294	393.317
Cauções e depósitos vinculados		1	51
Clientes	6	2.547.137	3.515.448
Ativos financeiros setoriais	7	13.828	383.740
Outros créditos	10	420.619	455.868
Estoques		166.940	169.756
Imposto de renda e contribuição social	11.1	38.698	29.523
Outros tributos a recuperar	11.4	1.257.718	1.457.467
Despesas antecipadas		38.538	37.156
Partes relacionadas	29.3	7.451	5.725
		5.860.225	6.448.051
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	881	822
Cauções e depósitos vinculados	16.1	-	142.764
Clientes	6	100.414	70.317
Depósitos judiciais	12	394.192	361.195
Ativos financeiros setoriais	7	41.485	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.348.274	1.200.708
Ativos de Concessão	8	2.271.156	1.798.195
Outros créditos	10	12.575	22.742
Imposto de renda e contribuição social	11.1	19.447	18.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	1.245.301	679.181
Outros tributos a recuperar	11.4	2.591.623	2.985.951
		8.025.350	7.664.328
Investimentos		534	540
Intangível	13	7.030.319	6.596.184
Direito de uso de ativos	21.1	140.701	95.598
		15.196.903	14.356.650
TOTAL DO ATIVO		21.057.128	20.804.701

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Balanço Patrimonial

em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	30.09.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	167.092	369.864
Partes relacionadas	29.3	7.501	11.571
Fornecedores	15	1.364.080	1.743.382
Outras obrigações fiscais	11.4	152.899	334.738
Empréstimos e financiamentos	16	6.215	11.113
Debêntures	17	894.819	783.245
Dividendos a pagar		98.600	824.833
Benefícios pós-emprego	18.3	52.037	48.415
Encargos do consumidor a recolher	19	29.032	176.798
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	183.941	228.457
Passivos financeiros setoriais	7	659.649	139.770
Passivo de arrendamentos	21.2	38.735	31.448
Outras contas a pagar	22	114.541	116.348
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	3.738	7.294
		3.772.878	4.827.276
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	11.4	570.399	535.572
Empréstimos e financiamentos	16	752.909	168.634
Debêntures	17	3.627.034	2.416.356
Benefícios pós-emprego	18.3	836.907	802.222
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	325.761	266.650
Passivos financeiros setoriais	7	47.812	153.409
Passivo de arrendamentos	21.2	108.310	69.365
Outras contas a pagar	22	34.257	15.522
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	1.930.857	3.319.501
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.835.971	-
Provisões para litígios	23.1	669.150	671.638
		10.739.366	8.418.869
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	5.359.206	5.359.206
Ajustes de avaliação patrimonial		(109.348)	(103.977)
Reserva legal		306.744	306.744
Reserva de retenção de lucros	24.3	1.542.323	1.808.323
Dividendo adicional proposto		-	188.260
Lucros (Prejuízos) acumulados		(554.041)	-
		6.544.884	7.558.556
TOTAL DO PASSIVO		21.057.128	20.804.701

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações de Resultados

dos períodos de nove meses e de três meses, findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	10.315.857	10.786.834	3.567.903	4.375.782
Custos Operacionais	26	(8.762.539)	(9.419.365)	(3.012.945)	(3.866.342)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.553.318	1.367.469	554.958	509.440
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	26	(142.331)	(134.058)	(38.168)	(46.867)
Despesas gerais e administrativas	26	(292.556)	(278.790)	(116.134)	(83.597)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(145.672)	(85.786)	(19.250)	(29.182)
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	(810.563)	-	-	-
		(1.391.123)	(498.634)	(173.552)	(159.646)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		162.195	868.835	381.405	349.794
Resultado Financeiro	27				
Receitas financeiras		455.471	341.876	145.337	113.696
Despesas financeiras		(537.268)	(256.356)	(219.644)	(131.368)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins		(1.025.407)	-	(14.037)	-
		(1.107.204)	85.520	(88.344)	(17.672)
LUCRO OPERACIONAL		(945.009)	954.355	293.061	332.122
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.6				
Imposto de renda e contribuição social		(172.385)	(211.681)	(38.356)	(100.695)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		563.353	(98.904)	(29.011)	7.267
		390.968	(310.585)	(67.367)	(93.428)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(554.041)	643.770	225.694	238.694
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO					
AOS AÇIONISTAS - em reais					
Ações ordinárias		(0,10338)	0,12044	0,04211	0,04466

As notas explicativas - NE são parte integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos períodos de nove meses e de três meses, findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(554.041)	643.770	225.694	238.694
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ganhos (perdas) com passivos atuariais					
benefícios pós-emprego		(8.138)	(280)	(8.138)	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		2.767	95	2.767	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(5.371)	(185)	(5.371)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(559.412)	643.585	220.323	238.694

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.341.443	(213.925)	263.851	1.400.827	420.718	-	7.212.914
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	643.770	643.770
Perdas atuariais, líquidas de tributos		-	(185)	-	-	-	-	(185)
Resultado abrangente total do exercício		-	(185)	-	-	-	643.770	643.585
Aumento de capital		17.763	-	-	-	-	-	17.763
Deliberação do Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(420.718)	-	(420.718)
Saldo em 30 de setembro de 2021		5.359.206	(214.110)	263.851	1.400.827	-	643.770	7.453.544
Saldo em 1º de janeiro de 2022		5.359.206	(103.977)	306.744	1.808.323	188.260	-	7.558.556
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	(554.041)	(554.041)
Perdas atuariais, líquidas de tributos		-	(5.371)	-	-	-	-	(5.371)
Resultado abrangente total do exercício		-	(5.371)	-	-	-	(554.041)	(559.412)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(188.260)	-	(188.260)
Distribuição de Reserva de retenção de lucros		-	-	-	(266.000)	-	-	(266.000)
Saldo em 30 de setembro de 2022		5.359.206	(109.348)	306.744	1.542.323	-	(554.041)	6.544.884

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	30.09.2022	30.09.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(554.041)	643.770
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa pelas atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		143.345	193.375
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	9	(45.045)	(68.830)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	78	6
Baixas de ativos de contrato	8	5.972	4.401
Imposto de renda e contribuição social	11.6	172.385	211.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.6	(563.353)	98.904
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.835.971	-
Atualização monetária do Passivo a restituir aos consumidores	11.5.1	200.900	61.440
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.4	123.186	109.105
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	86.096	95.820
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	25.1	(1.332.293)	(1.845.085)
Amortização	26	334.669	304.034
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	26.5	211.705	171.581
Resultado das baixas de intangível	13	34.995	21.391
		654.568	1.592
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		837.523	(764.811)
Ativos financeiros setoriais		953.947	738.302
Depósitos judiciais		(13.820)	(109.051)
Outros créditos		45.286	(33.555)
Estoques		2.817	(14.007)
Imposto de renda e contribuição social		(1.466)	(20.395)
Outros tributos a recuperar		(17.812)	818.816
Despesas antecipadas		(1.382)	(2.183)
Partes relacionadas		(1.725)	1.969
		1.803.366	615.085
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(75.453)	(170.981)
Partes relacionadas		(4.070)	(1.949)
Fornecedores		(257.928)	172.004
Outras obrigações fiscais		357.234	36.943
Benefícios pós-emprego	18.4	(93.016)	(87.404)
Encargos do consumidor a recolher		(147.765)	162.806
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	(94.585)	(120.863)
Outras contas a pagar		16.927	(22.085)
Provisões para litígios quitadas	23.1.1	(112.519)	(85.319)
		(411.175)	(116.848)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		2.046.759	499.830
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.943)	(695.107)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.4	(57.207)	(5.053)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(218.520)	(102.885)
Encargos de mútuo pagos		(4.895)	-
Encargos de passivos de arrendamento pagos	21.2.1	(7.651)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		1.730.544	(303.215)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		142.754	(4.296)
Aquisições de ativos de contrato		(1.660.029)	(1.170.609)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		176.629	93.880
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(1.340.646)	(1.081.025)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		750.000	-
Ingressos de mútuo com partes relacionadas		100.000	-
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	1.500.000	1.500.000
Custos de transação na emissão de debêntures		(14.445)	(19.709)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.4	(142.189)	(12.115)
Amortizações de principal de debêntures	17.2	(333.333)	(333.333)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	21.2.1	(29.611)	(27.972)
Amortizações de principal do mútuo com a controladora		(100.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.144.343)	(240.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		586.079	866.871
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		975.977	(517.369)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	393.317	1.461.797
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.369.294	944.428
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		975.977	(517.369)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações do Valor Adicionado
dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	30.09.2022	30.09.2021
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	14.411.309	14.190.396
Receita de construção	1.493.455	1.188.952
Valor justo do ativo indenizável da concessão	45.045	68.830
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.332.293	1.845.085
Outras receitas	33.502	44.263
Perdas de crédito esperadas	(103.730)	(95.464)
	17.211.874	17.242.062
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	4.668.529	5.893.032
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	1.369.883	1.238.612
Material, insumos e serviços de terceiros	432.197	393.586
Custo de construção	1.365.398	1.082.511
Perda / Recuperação de valores ativos	69.867	51.164
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	810.563	-
Outros insumos	156.726	124.428
	8.873.163	8.783.333
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	8.338.711	8.458.729
(-) Amortização	334.669	304.034
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	8.004.042	8.154.695
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	455.471	341.876
Outras receitas	265.705	193.816
	721.176	535.692
	8.725.218	8.690.387

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	30.09.2022	%	30.09.2021	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	377.711		367.062	
Planos previdenciário e assistencial	127.278		116.336	
Auxílio alimentação e educação	49.127		49.573	
Encargos sociais - FGTS	21.644		21.157	
Programa de desligamentos voluntários	(4.199)		(8.479)	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros	45.498		161.084	
	617.059	7,1	706.733	8,1
Governo				
Federal				
Tributos	316.865		1.023.437	
Encargos setoriais	3.488.858		2.725.064	
Estadual	3.273.344		3.327.304	
Municipal	1.974		1.531	
	7.081.040	81,2	7.077.336	81,4
Terceiros				
Juros	543.066		256.412	
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1.025.407		-	
Arrendamentos e aluguéis	11.528		3.369	
Doações, subvenções e contribuições	1.159		2.767	
	1.581.160	18,1	262.548	3,0
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	(554.041)		643.770	
Remuneração do capital próprio	-		-	
Lucro Líquido do Período	(554.041)	(6,3)	643.770	7,4
	8.725.218		8.690.387	

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 30 de setembro de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

A Companhia explora a distribuição regulada de energia elétrica em 1.065 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07/07/2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros.

Cabe ao poder Concedente e à Aneel: expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

A Companhia não atua em outros segmentos, possuindo apenas o segmento de Distribuição.

2. Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 10.11.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, reconhecidos a valor justo, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas divulgadas na NE nº 2.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2021.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2021.

3.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	118.772	148.783
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.250.522	244.534
	1.369.294	393.317

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 98,5% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	30.09.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98% a 100% do CDI	881	822
		881	822
	Não circulante	881	822

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.09.2022	Saldo 31.12.2021
Consumidores					
Residencial	309.920	184.726	35.745	530.391	858.070
Industrial	132.048	16.527	42.825	191.400	330.134
Comercial	183.845	40.717	26.484	251.046	443.173
Rural	79.080	18.489	4.376	101.945	151.459
Poder público	34.109	1.551	351	36.011	58.532
Iluminação pública	27.714	-	-	27.714	55.943
Serviço público	39.214	981	523	40.718	62.350
Receita de fornecimento não faturada	617.620	-	-	617.620	948.936
Parcelamento de débitos (6.1)	335.564	41.022	29.853	406.439	343.667
Subsídio baixa renda - Eletrobras	24.424	-	-	24.424	17.712
Outros créditos	83.869	29.878	19.327	133.074	147.203
(-) Bônus Redução Voluntária de Consumo (6.2)	(2.940)	-	-	(2.940)	(134.890)
	1.864.468	333.891	159.484	2.357.843	3.282.289
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	3.045	813	-	3.858	4.950
CCEE	55.591	-	-	55.591	155.324
Receita de suprimento não faturada	5.164	-	-	5.164	5.516
	63.800	813	-	64.613	165.790
Encargos de uso da rede elétrica	346.743	2.942	7.385	357.070	295.772
(-) Perdas de créditos esperadas (6.3)	(14.138)	(22.646)	(95.191)	(131.975)	(158.086)
	2.260.873	315.000	71.678	2.647.551	3.585.765
Circulante				2.547.137	3.515.448
Não circulante				100.414	70.317

6.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 30.09.2022, estão a valor presente, e considera o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, em 1,10% a.m. (1,16% a.m. em 31.12.2021).

6.2 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em função do cenário de escassez hídrica vivenciado ao longo dos últimos anos, o Governo Federal propôs a criação do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética - CREG, com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem seu consumo de energia e, desta forma, evitar a contratação de usinas mais caras.

Para ter direito ao bônus, o consumidor deveria reduzir seu consumo de energia nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos neste período fosse, ao menos, 10% menor em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Atingida a meta de redução, o consumidor recebeu um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021, em relação ao mesmo período de 2020. No entanto, o bônus a ser creditado na conta de luz é limitado a 20% da energia economizada.

Os consumidores aptos a receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

Os custos do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica serão custeados pelo Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras.

A Companhia registrou, em 31.12.2021, um crédito no montante de R\$ 134.890 em Ativo - Consumidores, concessionárias e permissionárias referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa em contrapartida de Ativo - Outros Créditos. Para os consumidores elegíveis, o bônus creditado nas faturas, foi reembolsado às distribuidoras na contabilização da CCEE. Em 30.09.2022 o saldo remanescente é de R\$ 2.940.

6.3 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 30.09.2022
Consumidores				
Residencial	50.267	89.999	(80.355)	59.911
Industrial	41.227	(18.621)	7.333	29.939
Comercial	58.296	21.600	(46.475)	33.421
Rural	2.960	4.268	(2.807)	4.421
Poder público	381	373	(56)	698
Iluminação pública	11	6	-	17
Serviço público	(27)	2.156	(122)	2.007
Não faturado	2.474	(392)	-	2.082
Ajuste a valor presente	(1.504)	(389)	-	(1.893)
	154.085	99.000	(122.482)	130.603
Concessionárias e permissionárias	4.001	1.690	(4.319)	1.372
	158.086	100.690	(126.801)	131.975

As perdas de créditos esperadas são apresentadas, nas Demonstrações de Resultados, em despesas com vendas. A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a Clientes está divulgada na NE nº 28.2.1.b.

7. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre a cobertura tarifária para os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, de modo que geram um saldo a receber (direito) pela distribuidora ou a ressarcir (obrigação) aos consumidores. O resultado dessa operação, após homologação pela Aneel, passará a compor os próximos reajustes tarifários.

O saldo em 30.09.2022 dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos é composto pelo ciclo amortização, que representa os valores do saldo homologado pela Aneel já contemplado em tarifa, referente ao ciclo tarifário 2021-2022, e por valores em constituição que serão homologados nos próximos eventos tarifários, referentes ao ciclo tarifário 2022-2023.

7.1 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1º.01.2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanço Patrimonial	Saldo em 30.09.2022
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	1.286.966	270.009	(629.706)	78.318	-	-	1.005.587
Transporte de energia pela rede básica	180.521	80.833	(154.680)	8.375	-	-	115.049
Transporte de energia de Itaipu	14.018	(651)	(13.939)	486	-	-	(86)
Energia elétrica comprada para revenda	(475.842)	(436.208)	284.155	(28.314)	41.116	-	(615.093)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.786)	389.551	(123.067)	16.854	-	-	264.551
Proinfa	10.501	75.079	(32.858)	4.495	-	-	57.217
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	531.280	359.658	(180.110)	30.596	(443.689)	-	297.735
	1.528.658	738.271	(850.206)	110.809	(402.573)	-	1.124.960
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(604.152)	(374.976)	409.878	(21.814)	-	-	(591.064)
Devoluções de créditos Pis e Cofins	(337.350)	-	766.602	-	-	(1.593.100)	(1.163.848)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(41.160)	79.272	(8.262)	-	-	(169.147)
Neutralidade	81.177	76.988	(58.509)	2.904	-	-	102.560
Sobrecontratação	(78.596)	364.171	5.294	4.000	(63.605)	-	231.264
Bônus Itaipu	(26.450)	46.914	(3.237)	(4.543)	-	(4.713)	7.972
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	288	(148)	-	-	(282)
Conta escassez hídrica (a)	-	-	39.915	(2.293)	-	(145.844)	(108.222)
CDE Eetrobrás	-	85.700	-	(6.476)	-	(335.511)	(256.288)
Demais	110.196	88.543	(41.216)	14.127	-	(1.703)	169.947
	(1.054.357)	245.941	1.198.287	(22.504)	(63.605)	(2.080.872)	(1.777.109)
	474.301	984.212	348.081	88.305	(466.178)	(2.080.872)	(652.149)
Ativo circulante	383.740						13.828
Ativo não circulante	383.740						41.485
Passivo circulante	(139.770)						(659.649)
Passivo não circulante	(153.409)						(47.812)

	Saldo em 1º.01.2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanço Patrimonial	Saldo em 30.09.2021
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	463.176	903.565	(180.930)	21.610	-	-	1.207.421
Transporte de energia pela rede básica	176.877	186.052	(88.751)	6.703	-	-	280.881
Transporte de energia de Itaipu	19.746	9.798	(9.308)	811	-	-	21.047
Energia elétrica comprada para revenda	(100.053)	675.620	62.022	(4.615)	(518.259)	-	114.715
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.872)	56.505	(21.371)	1.856	-	-	35.118
Proinfa	(145)	22.352	(6.143)	147	-	-	16.211
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	19.131	270.473	(10.516)	(713)	(129.364)	-	149.011
	576.860	2.124.365	(254.997)	25.799	(647.623)	-	1.824.404
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(474.111)	(408.595)	320.519	(5.132)	-	-	(567.319)
Devoluções de créditos Pis e Cofins	-	-	189.150	-	-	(702.000)	(512.850)
Devoluções tarifárias	(193.669)	(72.906)	72.283	(5.591)	-	-	(199.883)
Neutralidade	77.265	58.817	(40.355)	173	-	-	95.900
Sobrecontratação	130.677	(184.831)	942	21	(84.079)	-	(137.270)
Compensação acordos bilaterais CCEAR	36.395	(383)	(36.292)	-	-	-	(280)
Demais	4.804	67.042	10.326	1.010	-	(6.600)	76.582
	(418.639)	(540.856)	516.573	(9.519)	(84.079)	(708.600)	(1.245.120)
	158.221	1.583.509	261.576	16.280	(731.702)	(708.600)	579.284
Ativo circulante	173.465						214.105
Ativo não circulante	173.465						642.316
Passivo circulante	(188.709)						(212.483)
Passivo não circulante	-						(64.654)

a. Conta Escassez Hídrica

Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021 que dispôs sobre medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica, autorizando-se a contratação de operação financeira para cobrir, total ou parcialmente, os custos decorrentes deste cenário e dos diferimentos aplicados nos processos tarifários anteriores.

Em 15.03.2022, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 1.008, que apresenta os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, na qual serão alocados os recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais temporariamente assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição relacionados: à estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (competência de abril de 2022); aos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia; ao custo da importação de energia (competências de julho e agosto de 2021); entre outros.

Em 03.05.2022, o Despacho Aneel nº 1.177 fixou os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, referentes aos montantes de recursos solicitados no Termo de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022.

Em 09.05.2022 a Copel Distribuição recebeu o montante de R\$ 145.844 e no processo de reajuste tarifário anual, conforme Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, este valor, atualizado pela taxa SELIC desde a data do crédito, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.008/2022, foi reconhecido como um componente financeiro negativo.

A ANEEL homologará quotas específicas da CDE, denominadas CDE Escassez Hídrica, a serem recolhidas a partir de 2023, a partir dos processos tarifários.

b. Crédito de PIS e COFINS

No processo de reajuste tarifário anual, conforme Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022 (NE nº 25.2), foram destinados R\$ 1,593 bilhão, decorrente de ação judicial movida pela Companhia referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins (NE nº 11.5). Em 2021, no processo de Revisão Tarifária Periódica, por meio da Resolução Homologatória nº 2.886, foi destinado o valor de R\$ 702.000.

c. CDE Eletrobrás

Considerando a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, indicada na Lei nº 14.182 de 12.07.2021, e o que consta da Resolução CNPE nº 15/2021 de 31.08.2021, foi determinado que, o correspondente a 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás, sejam repassados à modicidade tarifária, nos termos da lei. Em junho/2022, no processo de reajuste tarifário da Copel Distribuição, em benefício do consumidor, foi repassado o montante de R\$ 318.060, sendo este recurso recebido posteriormente pela Companhia, em 29.07.2022.

8. Ativos de Concessão

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	1.851.866	(53.671)	1.798.195
Adições	1.540.708	-	1.540.708
Participação financeira do consumidor	-	(176.629)	(176.629)
Transferências de/para bens para uso futuro (NE nº 9)	20.077	-	20.077
Transferências de/para o intangível (NE nº 13)	(916.469)	135.219	(781.250)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	(143.699)	19.726	(123.973)
Baixas	(5.972)	-	(5.972)
Em 30.09.2022	2.346.511	(75.355)	2.271.156

Os Ativos de Concessão são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 13) ou a Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

	30.09.2022	31.12.2021
Encargos financeiros capitalizados	13.288	12.785
Taxa média	0,26%	0,38%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2022	1.200.708
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	123.973
Transferências para uso futuro (NE nº 8)	(20.077)
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.297)
Reconhecimento do valor justo	45.045
Baixas	(78)
Em 30.09.2022	1.348.274

10. Outros Créditos

	30.09.2022	31.12.2021
Serviços em curso (a)	253.259	199.156
Repasse CDE (b)	89.821	68.999
Bandeira tarifária - CCRBT (c)	8.703	9.892
Alienações e desativações em curso	27.554	34.741
Adiantamento a empregados	18.358	11.287
Adiantamento para indenizações imobiliárias	5.598	1.389
Crédito Bônus redução voluntária de consumo	2.917	134.892
Outros créditos	26.984	18.254
	433.194	478.610
Circulante	420.619	455.868
Não circulante	12.575	22.742

a. Serviços em curso

Referem-se, em sua maioria, aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE (NE nº 20), os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

b. Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. O valor repassado referente ao período de junho de 2020 a maio de 2021 foi de R\$ 47.005 mensais (Resolução Homologatória nº 2.704/2020) mensais;

Quando da homologação do resultado do último Reajuste Tarifário Anual, em junho de 2021, o valor foi alterado para R\$ 47.661 mensais (Resolução Homologatória nº 2.886/2021 de 22.06.2021), sendo R\$ 45.019 relativos à previsão para o ciclo 2021-2022 e R\$ 2.643, referente a diferenças anteriores. O valor mensal para junho/2022 a maio/2023 foi fixado em R\$ 47.684 mensais (Resolução Homologatória nº 3.049/2022 de 21.06.2022), sendo R\$ 43.613 o montante principal e R\$ 4.071 relativo à diferença entre os valores previstos e realizados no período de junho/2021 a maio/2022.

Mensalmente é constituída estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário em junho/2023, totalizando R\$ 9.566 em 30.09.2022, relativos aos meses de junho a setembro/2022.

11. Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social

	30.09.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	49.748	32.375
IR e CSLL a compensar com o passivo	(11.049)	(2.853)
	38.698	29.523
Ativo não circulante		
IR e CSLL a recuperar	19.447	18.713
	19.447	18.713
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	38.356	81.113
IR e CSLL a compensar com o ativo	(38.356)	(81.113)
	-	-

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.2.1 Mutações do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 30.09.2022
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	229.397	(3.381)	-	226.016
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	-	624.230	-	624.230
Benefícios pós-emprego	288.944	10.303	2.767	302.014
Provisão para P&D e PEE	133.866	(6.105)	-	127.761
Perdas de créditos esperadas	54.650	(8.732)	-	45.918
INSS - liminar sobre depósito judicial	56.458	4.044	-	60.502
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(1)	38.483	-	38.482
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	-	11.279
Provisão para participação nos lucros	69.115	(52.430)	-	16.685
Programa Prêmio por Desempenho dos empregados	12.407	(12.407)	-	-
Instrumentos financeiros	12.637	2.294	-	14.931
Programa de desligamentos voluntários	11.581	(10.955)	-	626
Outros	28.993	(1.897)	-	27.096
	909.326	583.447	2.767	1.495.540
(-) Passivo não circulante				
Contratos de concessão	185.070	9.918	-	194.988
Atualização de depósitos judiciais	29.528	2.955	-	32.483
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	12.088	7.221	-	19.309
Outros	3.459	-	-	3.459
	230.145	20.094	-	250.239
Líquido	679.181	563.353	2.767	1.245.301
Ativo apresentado no BP	679.181			1.245.301

11.3 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos, registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Segue detalhamento dos principais itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisões de P&D e PEE: serão realizados pelos gastos incorridos nos projetos realizados;
- Contrato de concessão: serão realizados no decorrer do prazo do contrato.

Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem aos critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

11.3.1 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2022	39.714	(1.719)
2023	144.212	(6.377)
2024	366.449	(6.384)
2025	426.441	(10.342)
2026	66.176	(6.611)
2027 a 2029	148.122	(13.671)
2030 a 2032	304.428	(205.136)
	1.495.540	(250.239)

11.4 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	30.09.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	111.968	94.288
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	1.260.769	1.516.272
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	3.818	14.837
(-) PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(118.888)	(167.931)
Outros tributos a compensar	52	-
	1.257.718	1.457.467
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	132.356	112.312
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	2.425.304	2.839.372
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	769	1.060
Outros tributos a compensar	33.194	33.207
	2.591.623	2.985.951
Passivo circulante		
ICMS a recolher (NE 11.4.2)	79.534	275.798
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	55.713	52.168
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	10.212	-
Outros tributos	7.440	6.772
	152.899	334.738
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	177.939	166.046
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	352.848	369.526
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	39.611	-
	570.399	535.572

- (a) Pagamento suspenso por liminar relativo a INSS sobre remuneração a título de: i) afastamento de empregado por motivos de doença ou acidente, nos primeiros 15 dias; e ii) 1/3 constitucional sobre férias gozadas. Os valores estão sendo depositados em juízo.
- (b) A Companhia aderiu, em 2017, ao Pert (MP nº 783/2017 e IN nº 1711/2017), em decorrência da alteração da forma de tributação sobre os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais para regime de competência, antes realizada pelo regime de faturamento, conforme entendimento da Receita Federal (Solução de Consulta Cosit nº 101/2016). A operação resultou no pagamento de 20% do débito e, a partir de janeiro de 2018, pagamento do saldo em 145 parcelas mensais de R\$ 3.572, corrigidos pela Selic.

11.4.1 Programa de parcelamento incentivado de créditos tributários de ICMS do PR

Em 27.09.2022 a Companhia aderiu ao parcelamento de créditos tributários de ICMS, instituído pelo estado do Paraná através da Lei Estadual nº 20.946/2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 10.766/2022, no qual inscreveu débitos que totalizavam R\$ 92.249 em seu relatório de situação fiscal, atualizados até 09.2022 com os encargos de multa, juros e atualização monetária. Com a adesão, a Companhia obteve o benefício de R\$ 41.696 referente a redução nos encargos moratórios, restando um saldo consolidado da dívida de R\$ 50.553, que serão pagos em 60 parcelas mensais consecutivas atualizadas pela taxa Selic.

11.4.2 ICMS sobre operações de energia elétrica

Em 23.06.2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022 que vedou a fixação de alíquotas de ICMS sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços relacionados. Ainda, estabeleceu que o ICMS não incide sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em atendimento a lei, e após pronunciamentos dos fiscos estaduais, a Companhia implantou no decorrer do trimestre as mudanças necessárias para o devido atendimento à legislação.

11.5 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel Distribuição impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Companhia de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel Distribuição tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Companhia reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS foi habilitado pela Receita Federal em 25.08.2022 e encontra-se apto para utilização através de compensação.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel Distribuição, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 30.09.2022:

Em 1º.01.2022	4.355.265
Atualização monetária (NE nº 27)	220.949
Compensação com tributos a recolher	(890.141)
Em 30.09.2022	3.686.073
Circulante	1.260.769
Não Circulante	2.425.304

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

11.5.1 Passivo a restituir para consumidores

A Companhia, com o auxílio de seus assessores legais, registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado da ação, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores, propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/ permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2022 o total de R\$ 1.593.100, com efeito redutor, foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais (NE 7), conforme quadro a seguir:

Em 1º.01.2022	3.326.795
Atualização monetária	200.900
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(1.593.100)
Em 30.09.2022	1.934.595
Circulante	3.738
Não Circulante	1.930.857

O saldo do Passivo será restituído ao consumidor, à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

11.5.2 Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel Distribuição teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de assessores legais, a Copel Distribuição decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

A Administração da Copel Distribuição entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do Passivo até 30.09.2022:

Em 1º.01.2022		-
Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins		810.563
Atualização monetária		1.011.370
Em 30.06.2022		1.821.933
Atualização monetária		14.038
Em 30.09.2022		1.835.971
Passivo Não Circulante		1.835.971

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

11.6 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(945.010)	954.355	293.061	332.122
IRPJ e CSLL (34%)	321.303	(324.481)	(99.641)	(112.921)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	81.940	-	39.440	-
Despesas indedutíveis	(15.783)	1.862	(8.607)	7.573
Incentivos fiscais	3.766	16.346	-	11.915
Outros	(258)	(4.312)	(38.356)	6
IRPJ e CSLL correntes	(172.385)	(211.681)	(38.356)	(100.695)
IRPJ e CSLL diferidos	563.353	(98.904)	(29.011)	7.267
IRPJ e CSLL Total	390.968	(310.585)	(67.367)	(93.428)
Alíquota efetiva - %	41,4%	32,5%	23,0%	28,1%

12. Depósitos Judiciais

	30.09.2022	31.12.2021
Fiscais	241.330	221.648
Trabalhistas	111.224	84.429
Cíveis		
Cíveis	25.381	37.035
Servidões de passagem	11.196	14.151
Consumidores	5.026	3.867
	41.604	55.053
Outros	34	65
	394.192	361.195

Do saldo apresentado, o montante de R\$ 177.939 em 30.09.2022 (R\$ 166.046 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.4).

13. Intangível

	em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	9.330.317	(2.734.133)	6.596.184
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	916.469	(135.219)	781.250
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(398)	-	(398)
Quotas de amortização - concessão (a)	(418.132)	114.280	(303.852)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(7.870)	-	(7.870)
Baixas	(34.995)	-	(34.995)
Em 30.09.2022	9.785.391	(2.755.072)	7.030.319

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da capitalização para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é de 3,9%.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, líquidos das Obrigações Especiais. Essas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municipais, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não configuram passivos onerosos ou créditos do acionista.

A amortização é iniciada quando da sua transferência para o Intangível em Serviço, por método linear baseado na vida útil estimada do ativo, e será totalmente amortizado durante o prazo da concessão.

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	30.09.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	18.761	26.107
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	13.286	5.017
	32.046	31.124
Obrigações trabalhistas		
Férias e 13º Salário	82.098	62.967
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	49.340	240.240
Programa de desligamentos voluntários	3.312	35.533
Outros	295	-
	135.045	338.740
	167.092	369.864
Circulante	167.092	369.864

15. Fornecedores

	30.09.2022	31.12.2021
Energia elétrica	801.329	862.892
Materiais e serviços	367.367	389.259
Encargos de uso da rede elétrica	195.384	491.231
	1.364.080	1.743.382
Circulante	1.364.080	1.743.382

16. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2022	31.12.2021
MOEDA ESTRANGERA											
Secretaria do Tesouro Nacional - STN											
Par Bond	Reestruturação da dívida (16.1)	Garantias depositadas (17.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	-	17.315	-	89.058
Discount Bond			20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1,0625% + 0,20%	-	12.082	-	61.514
Total moeda estrangeira										-	150.572
MOEDA NACIONAL											
Banco do Brasil											
CCB 330.600.773	Capital de giro.	Cessão de créditos.	29.06.2022	2	24.06.2025	Trimestral	DI + spread 1,25%	DI + spread 2,14%	750.000	751.673	-
										751.673	-
Caixa Econômica Federal											
415.855-22/14	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	-	16.984	8.142	9.580
										8.142	9.580
BNDES											
14205611-C	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	-	78.921	13.715	19.595
										13.715	19.595
Total moeda nacional										773.530	29.175
Valor bruto									Valor bruto	773.530	179.747
(-) Custo de transação									(-) Custo de transação	(14.405)	-
Valor líquido									Valor líquido	759.125	179.747
Circulante									Circulante	6.215	11.113
Não Circulante									Não Circulante	752.909	168.634

DI - Depósito interbancário IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. TR - Taxa referencial

16.1 Cauções e depósitos vinculados - STN

Em 10.03.2022 foi realizada liquidação antecipada dos saldos de principal, cauções de garantia, juros e comissão objeto do Contrato de Confissão e Consolidação das Dívidas de Médio e Longo Prazos (DMLP), celebrado nos termos da Resolução do Senado Federal nº 98, de 23 de dezembro de 1992, alterada pelas Resoluções nº 90, de 4 de novembro de 1993, e nº 132, de 22 de dezembro de 1993, e Portarias MF nº 89, de 25 de abril de 1996 e nº 192, de 21 de junho de 1996, na forma do disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a importância de R\$ 137.148, com utilização integral das cauções constituídas em garantia, no valor atualizado nesta data de R\$ 127.797, e declara plenamente quitada a dívida contratada.

16.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

		30.09.2022	%	31.12.2021	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)					
Dólar norte-americano	(3,31)	-	-	150.572	83,77
		-	-	150.572	83,77
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
CDI	13,65	737.269	97,12	-	-
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	21.856	2,88	29.175	16,23
		759.125	100,00	29.175	16,23
		759.125	100,00	179.747	100,00

16.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.09.2022	Moeda Nacional			Total		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2023	2.432	(1.328)	1.103	2.432	(1.328)	1.103
2024	380.818	(5.308)	375.510	380.818	(5.308)	375.510
2025	376.909	(2.522)	374.387	376.909	(2.522)	374.387
2026	1.909	-	1.909	1.909	-	1.909
2027	-	-	-	-	-	-
Após 2027	-	-	-	-	-	-
	762.067	(9.159)	752.909	762.067	(9.159)	752.909

16.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Moeda estrangeira	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2022	1.298	149.274	150.572	9.812	19.363	29.175	179.747
Ingressos	-	-	-	-	750.000	750.000	750.000
Encargos	953	-	953	42.201	-	42.201	43.154
Variação monetária e cambial	75.365	(89.742)	(14.377)	-	-	-	(14.377)
Transferências	59.532	(59.532)	-	875	(875)	-	-
Amortização - principal	(134.894)	-	(134.894)	(7.295)	-	(7.295)	(142.189)
Pagamento - encargos	(2.254)	-	(2.254)	(39.377)	(15.579)	(54.956)	(57.210)
Em 30.09.2022	-	-	-	6.215	752.909	759.125	759.125

16.5 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.09.2022, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. *Covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
BNDDES Finem nº 14205611 Financiamento a empreendimentos - Finem	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0

17. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2022	31.12.2021
3ª	20.10.2017	2	20.10.2022	126,0% da taxa DI	130,85% do DI	500.000	268.118	254.824
4ª	27.09.2018	3	27.09.2023	DI + spread 2,70%	DI + 3,96%	1.000.000	333.948	684.185
5ª, série 1	15.11.2019	3	15.11.2027	IPCA + 4,20%	IPCA + 4,61%	500.000	618.034	584.489
5ª, série 2	15.11.2019	2	15.11.2022	DI + spread 1,45%	DI + 1,65%	350.000	184.597	177.187
6ª, série 1	16.06.2021	2	15.06.2026	DI + 1,95%	DI + 2,02%	1.000.000	1.044.146	1.005.102
6ª, série 2	16.06.2021	3	15.06.2031	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	560.427	529.366
7ª, série 1	15.05.2022	2	15.05.2025	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	312.565	-
7ª, série 2	15.05.2022	2	15.05.2027	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	939.621	-
7ª, série 3	15.05.2022	3	15.05.2032	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	302.782	-
Valor bruto							4.564.239	3.235.153
(-) Custo de transação							(42.386)	(35.552)
Valor líquido							4.521.853	3.199.601
Circulante							894.819	783.245
Não Circulante							3.627.034	2.416.356

Debêntures simples, série única (3ª e 4ª emissão) em duas séries (5ª e 6ª emissão) e em três séries (7ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Interveniente garantidora: Copel

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM

Garantias: Fidejussória

Pagamento de encargos: semestral

Emissão	Finalidade
3ª	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.
4ª	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.
5ª, série 1	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.
5ª, série 2	Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.
6ª, série 1	Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.
6ª, série 2	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao "Contrato de concessão nº 46/1999-ANEEL.
7ª, série 1	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.
7ª, série 2	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.
7ª, série 3	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.

17.1 Vencimentos das parcelas

17.1.1 Curto Prazo

	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
out/22	268.118	(65)	268.053
nov/22	125.198	(1.847)	123.351
dez/22	25.936	(1.119)	24.817
mar/23	166.974	(1.758)	165.216
mai/23	125.198	(1.848)	123.349
jun/23	25.936	(1.119)	24.817
set/23	166.974	(1.758)	165.216
	904.333	(9.514)	894.819

17.1.2 Longo Prazo

30.09.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2023	-	(1.639)	(1.639)
2024	150.000	(6.015)	143.985
2025	852.775	(5.776)	846.998
2026	1.153.500	(5.220)	1.148.280
2027	653.500	(4.232)	649.267
Após 2027	850.134	(9.991)	840.143
	3.659.908	(32.874)	3.627.034

17.2 Mutação das debêntures

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2022	783.245	2.416.356	3.199.601
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de Transação	-	(14.445)	(14.445)
Encargos e variação monetária	338.182	50.368	388.550
Transferências	325.245	(325.245)	-
Amortização - principal	(333.333)	-	(333.333)
Pagamento - encargos	(218.520)	-	(218.520)
Em 30.09.2022	894.819	3.627.034	4.521.853

17.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores. Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.09.2022, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
3ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida e Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5
4ª Emissão de Debêntures		
5ª Emissão de Debêntures		≤ 3,5
6ª Emissão de Debêntures		
7ª Emissão de Debêntures		

18. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e plano assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998. O Plano III é um plano de Contribuição Variável – CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

18.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	634	766
Planos assistenciais	888.311	849.871
	888.944	850.637
Circulante	52.037	48.415
Não circulante	836.907	802.222

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Empregados				
Planos previdenciários	31.333	29.629	9.982	9.773
Plano assistencial - pós-emprego	68.969	57.920	22.990	19.310
Plano assistencial - funcionários ativos	44.464	42.888	14.680	14.755
(-) Transferências para ativos de concessão	(17.631)	(14.324)	(5.779)	(4.964)
	127.136	116.114	41.872	38.875
Administradores				
Planos previdenciários	117	203	39	67
Plano assistencial	26	19	9	6
	143	222	48	73
	127.278	116.336	41.920	38.948

18.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2022	48.415	802.222	850.637
Apropriação do cálculo atuarial	-	68.969	68.969
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	54.217	-	54.217
Ajuste referente a perdas atuariais	-	8.138	8.138
Transferências	42.421	(42.421)	-
Amortizações	(93.016)	-	(93.016)
Em 30.09.2022	52.037	836.907	888.944

18.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

As informações atuariais dos planos estão divulgadas na NE 19.5 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.

19. Encargos do Consumidor a Recolher

	30.09.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE nº 25.2.1)	29.032	29.032
Bandeira tarifária (NE nº 25.4)	-	147.766
	29.032	176.798

20. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua Receita Operacional Líquida regulatória entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética, conforme Resoluções Normativas Aneel nºs 504/2012 e 556/2013, e revisado pela Resolução Normativa Aneel n.º 830/2018.

20.1 Saldos constituídos de P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2022	Saldo em 31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT ¹	-	3.960	-	3.960	4.291
MME	-	1.980	-	1.980	2.145
P&D	124.453	1.181	27.223	152.857	158.978
	124.453	7.122	27.223	158.798	165.414
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel ²	-	6.476	-	6.476	19.882
PEE	121.327	2.363	220.739	344.428	309.811
	121.327	8.839	220.739	350.905	329.693
	245.780	15.961	247.962	509.702	495.107
			Circulante	183.941	228.457
			Não circulante	325.761	266.650

¹Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

²Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel

20.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT Circulante	MME Circulante	Procel Circulante	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2022	4.291	2.146	19.882	158.977	309.811	495.107
Constituições	16.856	8.428	8.428	16.856	33.711	84.279
Contrato de desempenho	-	-	-	-	1.817	1.817
Atualização (NE nº 27)	-	-	1.186	3.963	17.935	23.084
Transferências	-	-	(3.685)	-	3.685	-
Recolhimentos	(17.187)	(8.594)	(19.335)	(5.163)	(10.325)	(60.603)
Conclusões	-	-	-	(21.776)	(12.206)	(33.982)
Em 30.09.2022	3.960	1.980	6.476	152.857	344.428	509.702

21. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos

21.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 30.09.2022
Imóveis	36.199	6.804	(2.754)	(746)	39.503
Veículos	48.076	66.761	(23.200)	-	91.637
Equipamentos	11.323	3.094	(4.856)	-	9.561
	95.598	76.659	(30.810)	(746)	140.701

21.2 Passivos de arrendamentos

21.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1�.01.2022	31.448	69.365	100.813
Adições	15.143	61.516	76.659
Encargos	7.651	-	7.651
Transferências CP x LP	22.052	(22.052)	-
Pagamento - principal	(29.611)	-	(29.611)
Pagamento - encargos	(7.651)	-	(7.651)
Baixas	(297)	(520)	(816)
Em 30.09.2022	38.735	108.310	147.045

A taxa de desconto em 30.09.2022   14,87% a.a. (13,03% a.a. em 31.03.2022 e 14,36% a.a. em 30.06.2022). A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,87% a.a.

21.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2023	8.734
2024	32.006
2025	18.825
2026	17.337
2027	1.168
Após 2027	30.240
Total	108.310

21.3 Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	203.419	147.045
PIS/COFINS potencial	18.816	13.602

21.3.1 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%
Passivo Leasing	147.045	174.069	18,38%
Direito de uso Líquido	140.701	162.227	15,30%
Despesa Financeira	7.581	9.242	21,90%
Despesa de Depreciação	30.810	34.480	11,91%

21.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 26.8). O saldo dos compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2022	31.12.2021
Imóveis	7.107	20.859	54.306	82.272	74.584
Veículos	34.442	75.974	-	110.416	54.631
Equipamentos	7.960	2.771	-	10.731	12.911
	49.509	99.604	54.306	203.419	142.126

22. Outras Contas a Pagar

	30.09.2022	31.12.2021
Taxa de iluminação pública arrecadada	45.426	32.895
Consumidores	48.668	45.558
Cauções em garantia	3.603	11.889
Outras obrigações	51.101	41.528
	148.798	131.870
Circulante	114.541	116.348
Não circulante	34.257	15.522

23. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 das demonstrações financeiras de 31.12.2021, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

23.1 Provisões para litígios

23.1.1 Mutação das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado		Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 30.09.2022
		Adições	Reversões			
Fiscais (23.3.a)	11.560	9.475	(820)		(3.447)	16.768
Trabalhistas (23.3.b)	410.112	62.268	(2.671)		(53.607)	416.102
Benefícios a empregados (23.3.c)	25.145	9.844	(112)		(96)	34.781
Cíveis (23.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	158.699	47.937	(572)		(38.569)	167.495
Servidões de passagem	18.060	-	-	893	(204)	18.749
Desapropriações e patrimoniais	1.692	-	-	1.161	-	2.853
Consumidores	3.763	2.087	(618)		(1.486)	3.746
Ambientais	3.686	96	(40)		-	3.742
	185.900	50.120	(1.230)	2.054	(40.259)	196.585
Regulatórias (23.3.e)	38.921	2.087	(20.984)		(15.110)	4.914
Total	671.638	133.794	(25.819)	2.054	(112.519)	669.150
Não circulante	671.638					669.150

23.2 Passivo contingente

23.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	30.09.2022	31.12.2021
Fiscais (23.3.a)	180.481	234.003
Trabalhistas (23.3.b)	256.298	207.162
Benefícios a empregados (23.3.c)	7.886	3.342
Cíveis (23.3.d)	327.014	2.085.487
Regulatórias (23.3.e)	1.144.960	1.070.687
	1.916.639	3.600.681

23.3 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
a. Fiscais				
Tributos federais				
Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	1.629	27.249
ICMS				
Mandado de Segurança que tem por objeto afastar o débito imputado pelo Estado do Paraná através do PAF nº 6.612.976-4. Houve decisão desfavorável à Companhia, proferida pelo Tribunal de Justiça, porém ainda sem trânsito em julgado. A Companhia interpôs recurso de agravo ao STJ, e assim foi procedida a revisão do risco.	-	-	-	42.917
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	93.097	84.108
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	16.768	11.560	85.755	79.729
Total Fiscais	16.768	11.560	180.481	234.003
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	416.102	410.112	256.298	207.162
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	34.781	25.145	7.886	3.342
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	79.392	79.092	74.794	68.103
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS				
Estimativa de contingência passiva relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE nº 11.5, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação. Conforme detalhado na mesma nota explicativa, a Aneel abriu Consulta Pública nº 005/2021 com intuito de aprimoramento da proposta de devolução destes créditos tributários aos consumidores mas até o momento não há decisão final em âmbito administrativo. Com a promulgação da Lei nº 14.385/2022, a Administração da Copel e seus assessores legais procederam nova análise, sendo reconhecida a provisão no passivo (NE 11.5.2).	-	-	-	1.775.347
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	88.103	79.607	233.397	117.051

continua

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
d. Cíveis				
Servidões de passagem	18.749	18.060	16.166	5.893
Desapropriações e patrimoniais				
As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões e das áreas desapropriadas. As desapropriações e patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse para retomada dos imóveis invadidos por terceiros em propriedades da concessionária.	2.853	1.692	570	114.672
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está fase de instrução	3.746	3.763	1.870	1.695
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	3.742	3.686	217	2.726
Total Cíveis	196.585	185.900	327.014	2.085.487
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	1.140.191	1.066.487
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	4.914	38.921	4.769	4.200
Total Regulatórias	4.914	38.921	1.144.960	1.070.687
	669.150	671.638	1.916.639	3.600.681

24. Patrimônio Líquido

24.1 Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	30.09.2022	31.12.2021
Capital social integralizado	5.359.206	5.359.206
Número de ações	5.359.205.949	5.359.205.949

24.2 Lucro (Prejuízo) líquido por ação básico diluído

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Numerador básico e diluído				
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas				
Ações ordinárias	(554.041)	643.770	225.694	238.694
Denominador básico e diluído				
Média ponderada das ações				
Ações ordinárias	5.359.205.949	5.345.216.911	5.359.205.949	5.345.216.911
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas				
Ações ordinárias	-0,10338	0,12044	0,04211	0,04466

24.3 Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição, ao final do exercício, ocorre mediante retenção do lucro líquido remanescente, após constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dividendos.

Em junho/2022 foram destinados R\$ 150.000 para pagamento de Dividendos e JCP, referentes a reservas constituídas em 2018. Em setembro/2022, foram destinados R\$ 116.000 para pagamento de Dividendos e JCP referentes ao saldo remanescente de reservas constituídas em 2018 e parte de 2019.

25. Receita Operacional Líquida

25.1 Receita por classes

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Fornecimento de energia elétrica	6.511.354	6.451.850	1.440.714	2.624.915
Residencial	2.793.129	2.821.690	619.882	1.145.364
Industrial	789.714	864.608	193.502	359.812
Comercial, serviços e outras atividades	1.590.452	1.483.645	336.094	593.735
Rural	629.224	599.268	135.701	237.055
Poder público	210.489	176.798	46.345	74.780
Iluminação pública	210.687	228.465	43.101	99.685
Serviço público	287.660	277.376	66.088	114.483
Doações e subvenções	561.015	502.692	175.559	159.901
Suprimento de energia elétrica	213.978	590.167	90.649	402.738
Contratos bilaterais	48.425	146.404	17.070	98.542
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	165.554	443.763	73.580	304.196
Disponibilidade da rede elétrica	7.088.343	6.617.658	2.301.508	2.356.112
Residencial	2.274.815	2.207.361	715.428	771.159
Industrial	1.066.232	1.080.582	318.025	399.305
Comercial, serviços e outras atividades	1.404.221	1.277.838	426.927	447.197
Rural	508.292	461.828	165.641	156.415
Poder público	175.885	142.005	56.242	52.628
Iluminação pública	153.001	158.677	48.817	55.240
Serviço público	172.119	159.128	56.908	57.375
Consumidores livres	1.246.963	1.056.057	484.028	387.184
Concessionárias e geradoras	86.815	74.183	29.493	29.609
Receita de construção	1.493.455	1.188.952	530.166	426.694
Valor justo do ativo indenizável da concessão	45.045	68.830	(13.918)	27.271
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.332.293	1.845.085	584.626	975.346
Outras receitas operacionais	302.322	221.844	108.982	81.229
Arrendamentos e aluguéis	265.705	193.815	96.423	69.662
Renda da prestação de serviços	6.376	5.108	(405)	2.268
Outras receitas	30.241	22.921	12.965	9.299
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17.547.806	17.487.079	5.218.286	7.054.205
(-) Tributos	(7.231.949)	(6.700.245)	(1.650.383)	(2.678.424)
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.179.744)	(1.172.579)	(378.276)	(483.026)
(-) ICMS	(3.223.374)	(3.317.447)	(576.643)	(1.196.710)
(-) Encargos setoriais (25.2)	(2.828.677)	(2.210.191)	(695.422)	(998.659)
(-) ISS	(155)	(28)	(42)	(28)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.315.857	10.786.834	3.567.903	4.375.782

25.2 Encargos setoriais

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (25.2.1)	1.885.942	1.245.000	619.378	396.500
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia (25.2.1)	123.707	54.981	41.235	41.236
Bandeiras tarifárias	724.405	807.519	554	518.157
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (20.2)	84.279	93.581	29.277	38.583
Taxa de fiscalização	10.344	9.110	4.978	4.183
	2.828.677	2.210.191	695.422	998.659

25.2.1 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem entre suas fontes de recursos, para cumprir seus objetivos, as quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas. A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE-Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei. As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias.

A partir da competência de junho/2021, a Companhia passou recolher a cota relativa à CDE Conta COVID no montante de R\$ 29.032, segregada entre CDE Uso e CDE Energia. Esse encargo, previsto no Despacho 939/2021, é repassado na tarifa aos consumidores e tem a finalidade de amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885/2020.

O saldo é composto da seguinte forma:

	Período	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
CDE USO^(a)	Cotas	1.748.359	1.183.852	573.517	350.639
	Conta Covid ^(b)	137.583	61.148	45.861	45.861
		1.885.942	1.245.000	619.378	396.500
CDE ENERGIA^(b)	Conta Covid ^(b)	123.707	54.981	41.235	41.236
		123.707	54.981	41.235	41.236
Total		2.009.649	1.299.981	660.613	437.736

(a) CDE Uso: Res. Homologatória nº 3.034/2022 (mai a dez/22), Res. Homologatória nº 3.004/2021 (jan-abr/22); Res. Homologatória nº 2.814/2020 e Nota Técnica Aneel nº 12/2021 (jan-fev/21); Resolução Homologatória nº 2.834/2021 (mar-dez/21).

(b) CDE Uso e CDE Energia - Conta Covid: Despacho nº 939/2021 (junho/21-junho/22) de R\$ 20.032.

25.3 Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição

A Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2022 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049 de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na em junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886 de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

25.4 Bandeiras Tarifárias

O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015 para indicar a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final, em função das condições para geração de energia elétrica, apresentando as seguintes modalidades:

Modalidades de bandeiras	Acréscimo a cada 100 kWh consumidos (atual)	julho/2022 a junho/2023*	julho/2021 a junho/2022*
Bandeira verde	condições favoráveis de geração de energia.	não há acréscimo	não há acréscimo
Bandeira amarela	condições de geração menos favoráveis.	R\$2,989	R\$1,874
Bandeira vermelha Patamar 1	condições mais custosas de geração.	R\$6,500	R\$3,971
Bandeira vermelha Patamar 2	condições ainda mais custosas de geração.	R\$9,795	R\$9,492
Bandeira de escassez hídrica	vigora no período de maior crise hídrica - 01/09/2021 a 15/04/2022	-	R\$14,200

*Exceto Bandeira de escassez hídrica.

De janeiro a abril/2022 a bandeira aplicada foi a de escassez hídrica e a partir de maio a setembro/2022, prevaleceu a bandeira verde, após melhora das condições hídricas e de sucessivos períodos em que foram aplicadas as modalidades de bandeira vermelha e de bandeira de escassez hídrica, para cobertura dos maiores custos de geração de energia verificados desde o início de 2021.

26. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidos	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	30.09.2022
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(4.433.361)	-	-	-	-	(4.433.361)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(1.734.129)	-	-	-	-	(1.734.129)
Pessoal e administradores (26.3)	(336.049)	-	(109.330)	-	-	(445.379)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(94.803)	-	(32.476)	-	-	(127.278)
Material	(45.711)	-	(4.347)	-	-	(50.059)
Serviços de terceiros (26.4)	(285.052)	(2.429)	(74.800)	-	-	(362.281)
Amortização	(308.605)	-	(26.064)	-	-	(334.669)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	-	(103.730)	-	(107.975)	-	(211.705)
Custo de construção (26.6)	(1.493.455)	-	-	-	-	(1.493.455)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(31.375)	(36.172)	(45.540)	(37.697)	-	(150.784)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (11.5.2)	-	-	-	-	(810.563)	(810.563)
	(8.762.539)	(142.331)	(292.556)	(145.672)	(810.563)	(10.153.662)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	30.09.2021
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(5.588.253)	-	-	-	-	(5.588.253)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(1.531.254)	-	-	-	-	(1.531.254)
Pessoal e administradores (26.3)	(423.181)	-	(141.151)	-	-	(564.331)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(85.790)	-	(30.546)	-	-	(116.336)
Material	(35.945)	(11)	(2.507)	-	-	(38.463)
Serviços de terceiros (26.4)	(262.206)	(1.851)	(73.637)	-	-	(337.693)
Amortização	(279.977)	-	(24.057)	-	-	(304.034)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	-	(95.464)	-	(76.117)	-	(171.581)
Custo de construção (26.6)	(1.188.952)	-	-	-	-	(1.188.952)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(23.808)	(36.733)	(6.892)	(9.668)	-	(77.102)
	(9.419.365)	(134.058)	(278.790)	(85.786)	-	(9.917.999)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1º.07.2022 a 30.09.2022
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(1.566.281)	-	-	-	-	(1.566.281)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(546.033)	-	-	-	-	(546.033)
Pessoal e administradores (26.3)	(108.302)	-	(36.440)	-	-	(144.742)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(31.122)	-	(10.797)	-	-	(41.920)
Material	(14.089)	-	(1.383)	-	-	(15.472)
Serviços de terceiros (26.4)	(96.926)	(1.024)	(25.951)	-	-	(123.901)
Amortização	(106.142)	-	(8.966)	-	-	(115.108)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	-	(25.066)	-	(21.493)	-	(46.559)
Custo de construção (26.6)	(530.166)	-	-	-	-	(530.166)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(13.883)	(12.078)	(32.597)	2.242	-	(56.317)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (11.5.2)	-	-	-	-	-	-
	(3.012.945)	(38.168)	(116.134)	(19.250)	-	(3.186.498)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1º.07.2021 a 30.09.2021
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(2.621.284)	-	-	-	-	(2.621.284)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(441.930)	-	-	-	-	(441.930)
Pessoal e administradores (26.3)	(143.656)	-	(50.577)	-	-	(194.232)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(28.386)	-	(10.562)	-	-	(38.948)
Material	(12.535)	(11)	(1.273)	-	-	(13.819)
Serviços de terceiros (26.4)	(87.529)	(624)	(26.593)	-	-	(114.745)
Amortização	(95.702)	-	(8.323)	-	-	(104.025)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	(9.292)	(13.537)	-	(42.670)	-	(65.499)
Custo de construção (26.6)	(426.694)	-	-	-	-	(426.694)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	664	(32.696)	13.731	13.489	-	(4.813)
	(3.866.342)	(46.867)	(83.597)	(29.182)	-	(4.025.989)

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.655.331	2.806.142	928.704	1.159.350
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	250.816	1.408.423	124.253	1.002.109
Itaipu Binacional	1.092.451	1.329.657	378.077	440.650
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	313.557	197.767	104.519	65.922
Micro e mini geradores e recompra de clientes	477.966	222.155	153.701	91.258
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(356.759)	(375.891)	(122.972)	(138.005)
	4.433.361	5.588.253	1.566.281	2.621.284

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

Encargos de Uso da Rede Elétrica	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Encargos de uso do sistema	1.259.729	1.121.440	491.586	347.146
Encargos dos serviços do sistema - ESS	338.994	386.664	(2.759)	118.194
Encargos de transporte de Itaipu	110.154	117.172	41.651	29.282
Encargo de energia de reserva - EER	199.596	57.096	70.130	(10.581)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(174.344)	(151.119)	(54.575)	(42.112)
	1.734.129	1.531.254	546.033	441.930

26.3 Pessoal e administradores

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Pessoal				
Remunerações	259.250	265.518	83.941	85.500
Encargos sociais	94.464	94.560	30.778	30.316
Auxílio alimentação e educação	49.127	49.573	15.961	16.284
Provisão para Participação nos lucros e/ou resultados (a)	49.073	135.771	13.876	61.066
Prêmio de desempenho	(3.661)	24.989	-	7.852
Programa de desligamentos voluntários	(4.199)	(8.479)	(227)	(7.606)
	444.054	561.933	144.329	193.413
Administradores				
Honorários	954	1.614	318	538
Encargos sociais	267	452	89	151
Prêmio de desempenho	86	324	-	129
Outros gastos	18	9	6	3
	1.325	2.398	413	820
	445.379	564.331	144.742	194.233

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

26.4 Serviços de terceiros

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Manutenção do sistema elétrico	151.440	141.532	48.552	41.681
Comunicação, processamento e transmissão de dados	47.382	46.609	15.142	13.949
Manutenção de instalações	31.143	36.303	10.387	13.038
Atendimento a consumidor	54.017	45.483	20.861	17.228
Leitura e entrega de faturas	40.200	39.692	13.362	13.850
Consultoria e auditoria	11.389	8.186	4.084	2.502
Outros serviços	26.708	19.887	11.512	12.496
	362.281	337.693	123.901	114.745

26.5 Perdas estimadas, provisões e reversões

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Provisão para litígios	107.975	76.117	21.493	31.432
Perdas de créditos esperadas				
Perdas de créditos esperadas de Clientes (6.3)	100.690	94.575	23.298	33.456
Perdas de créditos esperadas de Outros créditos	3.040	889	1.768	611
Perdas de créditos esperadas	103.730	95.464	25.066	34.067
	211.705	171.581	46.559	65.499

26.6 Custo de construção

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Material	863.415	696.665	302.489	242.559
Serviços de terceiros	496.291	380.483	181.479	144.367
Pessoal	114.699	97.668	38.698	34.321
Outros	19.049	14.136	7.500	5.447
	1.493.455	1.188.952	530.166	426.694

26.7 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Perdas (Ganhos) na desativação e alienação de bens	31.201	(516)	(3.972)	(20.677)
Indenizações	11.284	8.221	3.569	1.702
Tributos	50.430	13.927	38.178	5.372
Propaganda e publicidade	5.792	5.735	1.976	1.898
Arrendamentos e aluguéis (26.8)	10.381	2.853	4.801	2.850
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	41.697	46.883	11.764	13.669
	150.784	77.102	56.317	4.813

26.8 Arrendamentos e aluguéis

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Imóveis	5.465	5.388	1.422	1.691
Veículos	28.393	20.086	13.113	7.604
Equipamentos	13.909	5.762	4.821	2.938
Outros	1.023	105	347	320
(-) Reclassificação IFRS 16	(37.263)	(27.973)	(14.559)	(9.439)
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.146)	(516)	(343)	(265)
	10.381	2.853	4.801	2.850

27. Resultado Financeiro

	30.09.2022	30.09.2021	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2021 a 30.09.2021
Receitas financeiras				
Acréscimos moratórios sobre faturas	212.792	233.294	57.700	70.000
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 7.1)	97.985	18.007	22.225	8.873
Renda de aplicações financeiras	79.518	23.585	49.498	14.585
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	41.374	33.000	2.042	199
Atualização monetária do crédito tributário ação PIS/COFINS (NE nº 11.5) (a)	26.790	15.549	8.988	6.471
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	10.518	-	10.507
Outras receitas financeiras	17.043	22.819	11.974	8.082
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(20.031)	(14.896)	(7.090)	(5.021)
	455.471	341.876	145.337	113.696
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	390.001	174.709	156.914	96.792
Parcelamento de Tributos (NE nº 11.4)	45.146	8.249	28.133	4.003
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	26.424	44.614	11.890	17.989
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 20.2)	23.084	8.906	7.631	3.576
Atualização ação PIS/Cofins a devolver ao consumidor (NE nº 11.5)	15.770	2.467	3.738	908
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 7.1)	9.680	1.727	2.383	787
Outras despesas financeiras	27.163	15.684	8.956	7.313
	537.268	256.356	219.644	131.368
(-) Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE nº 11.5)	1.025.407	-	14.037	-
Resultado Financeiro	(1.107.205)	85.520	(88.344)	(17.672)

(a) Valor sem desconto de PIS/COFINS.

28. Instrumentos Financeiros

28.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	30.09.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.369.294	1.369.294	393.317	393.317
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	881	881	822	822
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	1.348.274	1.348.274	1.200.708	1.200.708
			2.718.450	2.718.450	1.594.847	1.594.847
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			1	1	51	51
Caução STN (d)	16.1		-		142.764	115.643
Clientes (a)	6		2.647.551	2.647.551	3.585.765	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (a)	7		55.313	55.313	767.480	767.480
			2.702.866	2.702.866	4.496.060	4.468.939
Total dos ativos financeiros			5.421.315	5.421.315	6.090.907	6.063.786
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		707.463	707.463	293.179	293.179
Pert¹ (d)	11.4		408.561	350.791	421.694	361.080
Parcelamento ICMS (d)			49.823	46.493	-	-
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.5		1.934.595	1.934.595	3.326.795	3.326.795
Fornecedores (a)	15		1.364.080	1.364.080	1.743.382	1.743.382
Empréstimos e financiamentos (d)	16		759.124	751.118	179.747	150.263
Debêntures (e)	17		4.521.853	4.455.266	3.235.153	3.235.153
Total dos passivos financeiros			9.745.498	9.609.805	9.199.950	9.109.852

¹Programa Especial de Regularização Tributária – Pert

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado.

28.1.1 Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;
- Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.3.2 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 30.09.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

28.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.369.294	393.317
Títulos e valores mobiliários (a)	881	822
Cauções e depósitos vinculados (a)	1	142.815
Clientes (b)	2.647.551	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (c)	55.313	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.348.274	1.200.708
	5.421.315	6.090.907

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo mais de 5,0 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.
- A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	NE nº 16	979	25.228	73.425	870.168	-	969.800
Debêntures	NE nº 17	271.764	388.486	575.593	3.719.710	1.419.855	6.375.408
Fornecedores	-	1.349.728	14.416	(64)	-	-	1.364.080
Pis e Cofins a restituir a consumidores	NE nº 11.5	-	-	204.239	1.590.324	357.912	2.152.475
Pert	Selic	4.679	9.473	44.440	274.245	184.650	517.487
Parcelamento ICMS	Selic	843	1.714	8.135	50.876	-	61.568
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	55.564	112.934	537.020	56.087	-	761.605
Passivo de arrendamentos	NE nº 21.2	5.591	9.909	39.481	117.357	101.632	273.970
		1.689.148	562.160	1.482.269	6.678.767	2.064.049	12.476.393

Conforme divulgado nas NEs nºs 16.5 e 17.3, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

28.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

28.2.4 Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. Atualmente, a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e, portanto, não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

a. Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus fornecedores expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,20) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen de 07.10.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2022		
		30.09.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	249.324	(9.527)	50.422	110.371
		249.324	(9.527)	50.422	110.371

28.2.5 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

a. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 13,75% e IPCA - 5,71%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 30.09.2022	Cenários projetados - dez.2022		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	881	29	22	15
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	1	0	0	0
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	55.313	1.811	1.374	927
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.348.274	16.785	12.654	8.480
		1.404.470	18.625	14.050	9.422
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI/Selic	(737.268)	(24.604)	(30.404)	(36.077)
Caixa Econômica Federal	Sem Risco	(8.142)	-	-	-
BNDES	Sem Risco	(13.715)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(3.072.225)	(100.914)	(124.701)	(147.969)
Debêntures	Alta IPCA	(1.449.628)	(20.707)	(25.752)	(30.746)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(707.462)	(23.157)	(28.615)	(33.955)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(49.823)	(1.631)	(2.015)	(2.391)
Pert	Alta Selic	(408.561)	(13.373)	(16.525)	(19.609)
		(6.446.823)	(184.386)	(228.012)	(270.747)

28.2.6 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Desde setembro de 2020, o Sistema Interligado Nacional vem apresentando o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor atuaram para mitigar os riscos de racionamento, com destaque para um elevado despacho termoeletrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema.

A melhora dos níveis de armazenamento observada nos últimos meses arrefeceu as políticas públicas de enfrentamento à crise hídrica instaurada em 2021 e os órgãos responsáveis pelo setor passaram a adotar medidas menos severas na operação do sistema, contudo, mantendo a otimização dos recursos hídricos para garantia do pleno atendimento à carga.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29, de 12 de dezembro de 2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

28.2.7 Risco quanto aos impactos do GSF

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

28.2.8 Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17 de novembro de 2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital ^(a)
			limitação de distribuição de dividendos e JCP
			regime restritivo de contratos com partes relacionadas
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos	extinção da concessão
		no ano base	plano de resultados
		2 anos consecutivos	limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	extinção da concessão

(a) Em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DECi	FECi	DECi	FECi
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,29	6,84	7,20	4,76
Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DEC	FECi	DECi	FECi
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)		9,19	6,80		

Dívida Líquida	Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no anexo VIII-A da REN nº 948/2021.
QRR	Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.
LAJIDA ou EBITDA Recorrente:	Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.
Indicadores de qualidade	Conforme NT 068/2021 – SRD/ANEEL e Resolução Autorizativa 10.231/2021, os indicadores de qualidade a partir de 2022 passaram a ser o DEC e o FEC.

28.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%. Entretanto, considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

28.2.10 Pandemia do coronavírus

Para mitigar o risco de eventuais impactos de um agravamento da pandemia do coronavírus, a Companhia mantém monitoramento dos contratos e fornecedores, acompanhamento da liquidez do mercado de energia e sua precificação de mercado de curto prazo, bem como participa das negociações com as autoridades competentes para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira da cadeia de distribuição de energia elétrica no Brasil.

28.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

28.4 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Lajida) e ainda, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	30.09.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	759.124	179.747
Debêntures	4.521.853	3.199.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.369.294	393.317
(-) Títulos e valores mobiliários	881	822
Dívida líquida	3.910.801	2.985.209
Patrimônio líquido	6.544.883	7.558.556
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,60	0,39

29. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo		Custo / Despesa	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
Controlador						
Estado do Paraná						
Programa Energia Solidária (a)	18.761	5.590				
Programa Tarifa Rural Noturna - TRN (b)	8.797	10.378				
Empregados cedidos (c)	-	18				
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (d)			343	391	(1.972)	(1.784)
Companhia Paranaense de Energia						
Financiamentos repassados - STN (NE nº 16.2)				150.572		
Compartilhamento (i)	868	304		3.131	2.253	(9.337)
Entidades com influência significativa						
BNDES (e) - Financiamentos (NE nº 16)			13.715	19.595	(726)	(1.159)
Companhia sob controle comum						
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Energia elétrica para revenda (f)			2.937	4.145	(26.710)	(25.032)
Rede básica e de conexão (f)			24.323	22.294	(231.299)	(235.547)
Compartilhamento (i)	5.002	4.017	7.501	8.439	(7.272)	(7.155)
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (g) (h)			349	265	(2.322)	(3.050)
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (h)			96	68	(697)	(592)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (h)			99	75	(758)	(915)
Compartilhamento (i)	1.581	1.394	-	-	4.279	3.013
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 26.3)					(1.325)	(2.398)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18.3)					(143)	(222)
Outras partes relacionadas						
Companhia de Saneamento do Paraná (j)			-	-	(1.175)	(1.103)
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (h)			188	136	(1.359)	(1.167)
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (g) (h)			1.388	1.133	(9.500)	(12.830)
Cantareira Transmissora de Energia S.A. (h)			514	443	(4.109)	(3.075)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (h)			1.172	1.012	(8.947)	(5.981)
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (h)			1.044	785	(7.976)	(6.912)
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (h)			501	363	(3.526)	(3.181)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (h)			676	539	(5.250)	(4.688)
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos			38.711	34.069	(2.368)	(2.201)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18)			888.944	850.637		
Lactec (k)			676	1.012	(366)	(297)

29.1 Referências às Partes relacionadas:

- a. O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.
- b. O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná é regulamentado pelo Decreto 1.288 de 30.04.2019. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.
- c. Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de PECLD.
- d. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- e. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.
- f. A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- g. A Companhia mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- h. A Companhia mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- i. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Copel Distribuição e as empresas do grupo, anuído pela Aneel. Os valores apresentados no resultado são líquidos e, quando credores, referem-se à recuperação de despesa.
- j. A Copel Distribuição mantém com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, contrato de fornecimento de serviços de Saneamento Básico.
- k. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

29.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs 16 e 17.

29.3 Compartilhamento

A empresa mantém contratos de compartilhamento de pessoal com empresas do grupo representando na posição de 30.09.2022 o valor ativo de R\$ 7.451 (R\$ 5.715 em 31.12.2021) e valor passivo de R\$ 7.501 (R\$ 11.571 em 31.12.2021). Adicionalmente, em 31.12.2021 a empresa possuía um saldo a receber da Copel GET, referente a encargos de conexão de R\$ 10, recebido no primeiro semestre de 2022.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, correspondem a:

	30.09.2022	31.12.2021
Contratos de compra e transporte de energia	86.503.530	104.938.555
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.298.239	1.374.177

31. Seguros

A especificação por modalidade de risco dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2023	751.125
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2023	711.496
Seguro D&O (a)	28.03.2023	135.165
Garantia Judicial	28.01.2025	9.079
Garantia Judicial	05.05.2024	9.002
Garantia Judicial	30.06.2024	7.273
Garantia Judicial	08.02.2024	7.107
Garantia Judicial	25.01.2024	6.030
Garantia Judicial	25.11.2023	5.745
Garantia Judicial	27.06.2027	5.677

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.09.2022, de R\$ 5,4066.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de riscos diversos e garantia de pagamento. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

32. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

32.1 Transações que não envolvem caixa

Em consonância com as informações constantes na NE nº 8, estão demonstradas no quadro abaixo as transações que, por não envolverem caixa, não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

	30.09.2022	30.09.2021
Adições dos ativos de concessão (NE 8)	1.540.708	1.215.489
Compras efetuadas a prazo	(119.343)	(109.995)
Compras efetuadas a prazo no exercício anterior	240.718	104.834
Apropriações / reversões	(2.054)	(39.719)
	1.660.029	1.170.609

Conforme NE nº 21.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 76.659, sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	
Daniel Pimentel Slaviero	
Secretário Executivo	
Maximiliano Andres Orfali	
Membros	
Ana Letícia Feller	
Marco Antônio Barbosa Cândido	
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	
Marco Antônio Barbosa Cândido	
Membros	
Carlos Biedermann	
Luiz Claudio Maia Vieira	
CONSELHO FISCAL	
Membros titulares	
Demetrius Nichele Macei	
Harry Françóia Júnior	
José Paulo da Silva Filho	
Membros suplentes	
Roberto Zaninelli Covelo Tizon	
Otamir Cesar Martins	
Verônica Peixoto Coelho	
DIRETORIA	
Diretor Geral	
Maximiliano Andres Orfali	
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	
Adriano Rudek de Moura	
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	
Eduardo Vieira de Souza Barbosa	
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão	
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso	
CONTADOR	
Robson Carlos Nogueira	
CRC-PR- 047941/O-4	

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO
TERCEIRO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2022**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 3º trimestre de 2022, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório sobre a Revisão de Informações Financeiras Intermediárias Referentes aos Períodos de Três e Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2022 da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - Deloitte, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 10 de novembro de 2022

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionista da
Copel Distribuição S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 10 de novembro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A., sociedade anônima de capital aberto, Categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

1. revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., referentes às demonstrações financeiras intermediárias da Copel Distribuição, relativas ao período findo em 30.09.2022; e
2. revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel Distribuição, relativas ao período findo em 30.09.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 10 de novembro de 2022

(assinado eletronicamente)

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.